

TERMINOLOGIA DO CENSO 2014 EM ANGOLA

Lourdes Coelho dos Santos e Sá

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão
da Informação de Especialidade**

Dezembro, 2015

TERMINOLOGIA DO CENSO 2014 EM ANGOLA

Lourdes Coelho dos Santos e Sá

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

Dezembro, 2015

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 2 de Dezembro de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 2 de Dezembro de 2015

INDÍCE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA	i
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO DO TEMA	3
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	4
OBJECTIVOS	4
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.....	5
1.1 - O que é a Administração Pública	6
1.1.1 – Administração Pública – O caso concreto de Angola.....	7
1.2 – Resenha histórica do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território (MPDT)	10
1.3 – Instituto Nacional de Estatística (INE)	13
1.3.1 – Estrutura Orgânica do INE.....	14
1.3.2 - O Censo 2014.....	15
1.3.3 - Antecedentes Históricos dos Censos em Angola.....	18
1.3.4 - Estrutura organizacional da recolha de dados sobre o Censo 2014	19
CAPÍTULO II - COMUNICAÇÃO E O SEU IMPACTO SOCIAL.....	21
2.1 - Conceito de comunicação social	22
2.1.1 - Comunicação social e técnicas de informação.....	23
2.2 - Importância dos meios de comunicação social e sistemas de informação	25
2.3 - O Ministério da Comunicação Social na República de Angola	26
2.4 - Impacto dos meios de comunicação social.....	28
2.5 - A divulgação da informação pelos meios de comunicação social	29
CAPÍTULO III - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS EM TERMINOLOGIA	32
3.1 - Terminologia	33
3.1.1 – Métodos de estudo terminológico	34

3.1.2 – Importância da Terminologia	36
3.1.3 – Termo e Conceito	37
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO CORPUS.....	41
4.1 - Abordagem metodológica.....	42
4.2 - Corpus.....	42
4.2.1 - Constituição de corpus	43
4.2.1.1 - Corpus de especialidade.....	43
4.3 - Tratamento Semiautomático de dados.....	47
4.3.1 - Frequências	47
4.3.2 - Concordâncias.....	51
4.3.3 - Contextos	54
4.3.4 - Constituição do Dicionário Terminológico do CENSO 2014	58
4.4 - Dicionário Terminológico do Censo 2014	60
5. CONCLUSÃO.....	64
6. BIBLIOGRAFIA	66
6.1 BIBLIOGRAFIA DE LINGUÍSTICA	66

DEDICATÓRIA

**Aos meus pais, João de
Deus e Sá e Maria de Fátima
Coelho.**

AGRADECIMENTOS

Tenho a honra de agradecer a Deus, autor da vida, pelas forças concedidas para a realização deste trabalho.

Agradeço à Professora Teresa Lino, pela sua dedicação, atenção, orientações desafiando-me a realizar com êxito este trabalho.

Aos coordenadores e docentes, em especial às Professoras Rute Costa, Raquel Silva e Maria Lobo e outros docentes que ao longo desta caminhada, puderam dar o máximo de si na transmissão dos conhecimentos, sobretudo no Curso de Terminologia.

Ao Governo angolano que concedeu-me a bolsa de estudo para o Projecto Interministerial para o Vocabulário Nacional e Terminologia da Administração Pública em Angola. À Coordenadora do Projecto, Dra. Paula Henriques e os representantes ministeriais, em especial ao Dr. Albino Carlos e à Dra. Sandra Felgueira, representantes do Ministério da Comunicação Social. À directora Lourdes Mouzinho, pelo apoio e encorajamento prestados.

Agradeço o apoio do Instituto Nacional de Estatística, a EMLINK pelos subsídios bibliográficos.

Não deixaria se ser importante agradecer a atenção prestada pelos meus pais (João De Deus e Sá e Maria de Fátima Coelho). Aos irmãos, tios, primos, afilhados, parentes, colegas e amigos (Anabela Loureiro, Maria Isabel Magalhães, Antónia de Lima, Yolanda Pires, Cláudia Dambi, João Serrote, Jaques Tomás, Catele Jeremias, Celiano Nazaiwa, etc), pelo contributo moral e bibliográfico.

RESUMO

A abordagem deste trabalho intitulado “**Terminologia do Censo 2014 em Angola**” tem como objectivo a elaboração de um Dicionário Terminológico que se enquadra no domínio de um projecto do Governo angolano, com vista à realização de um estudo sobre Comunicação Social na Administração Pública. Uma das instituições mais fulcrais dentro da Administração Pública é o Ministério do Planeamento e Território que, associado ao INE (Instituto Nacional de Estatística), são entidades responsáveis pela aplicação dos Censos.

Ao longo do trabalho, depois de apresentar a Administração Pública e os seus órgãos auxiliares na aplicação do Censo, fizemos também uma abordagem da Comunicação Social angolana, dada a sua importância no contexto da cultura e da ligação que mantém com a sociedade na divulgação da informação.

A terminologia, área central do nosso trabalho, tem um lugar fundamental, uma vez que, nos fundamentamos em teorias de vários autores recentes.

Pretendemos apresentar também, critérios sobre a elaboração do dicionário terminológico.

Assim, com este trabalho, pretendemos responder convenientemente aos desafios seguintes:

- Estudo dos principais documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística, afecto ao Ministério do Planeamento e Território.
- Desenvolvimento de uma abordagem terminológica do censo 2014 em Angola.
- Descrição das principais características da terminologia do Censo 2014.
- Análise das principais definições encontradas no corpus do Censo 2014.
- Concepção de um Dicionário terminológico do Censo de 2014.

Palavras-chave:

Censo 2014 em Angola, Dicionário Terminológico, Terminologia.

ABSTRACT

The approach of this study "Terminologia dos Censo 2014 em Angola" aims to create a Terminological Dictionary which responds a challenge of a Angolan Government Project in order to carrying out a study on Social Communication in the Public Administration. One of the most central institutions within the organic of the Public Administration is the Ministry of Planning and Territory which, in association with INE (National Statistics Institute), have the responsibility for the implementation of Census.

Over the thesis, we start for presenting the organic of the Public Administration on Angola as both its specific ministries, we also made an approach to the Social Media of Angola, given its importance within the local culture and the trust relationship with society.

The terminology, core of our work, gets a central place, with the reference of the most significant authors.

We also intent to present the criteria that we consider central for the preparation of a Terminological Dictionary.

So, with this work, we intended to reach the next scopes:

- Study of the main documents produced by the INE;
- Development of a Terminological approach to the Angola's Census 2014;
- Description of the main terminology of the features of the Angola's Census 2014;
- Analysis of the key definitions found in Angola's Census 2014 corpus;
- Preparation of a Terminological Dictionary of the Angola's Census 2014.

Keywords:

Angola's Census 2014; Terminological Dictionary; Terminology.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge no contexto do término do Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade e pretende responder a uma necessidade que, empiricamente nos apercebemos estar em falta no âmbito da aplicação e tratamento dos dados dos Censos à População em Angola. Em função dos Censos 2014 aplicados à População, verificou-se que, em Angola, a terminologia utilizada nas perguntas estava bastante distanciada da compreensão e dos níveis de literacia da população, conduzindo, inevitavelmente, a compreensões equívocas e erróneas. Essas mesmas dificuldades foram sentidas pela Comunicação Social na hora de informar, comunicar e trabalhar as perguntas e dados resultantes dos Censos. Fruto desta situação sente-se que seria ser muito útil e apresentar uma proposta de solução que, sem ser exaustiva, pretende ser um primeiro passo num longo caminho a percorrer. Essa solução passa, do ponto de vista científico, pela criação de um dicionário terminológico dos Censos. Este dicionário terminológico visa proporcionar aos órgãos de comunicação social um instrumento de consulta, a fim de que possam, convenientemente, descodificar as perguntas, aproximando-as e traduzindo-as de encontro ao *mainstream* populacional.

A aplicação dos Censos na República de Angola tem sido realizada de forma bastante intermitente sobretudo devido ao longo período de instabilidade política e governamental resultante da também longa guerra civil. Volvidos 13 anos do acordo de paz que permitiu ao país a tão almejada paz e estabilidade governativas inerentes espera-se uma sistematização e normalização na aplicação dos Censos.

Este trabalho está dividido em quatro partes principais:

No capítulo I, focalizamos a nossa atenção na abordagem da Administração Pública que, após a estabilidade governamental e do processo de paz na sociedade, começou a ganhar rotinas e processos que até então eram muito difíceis de conseguir. Pela especial importância que a Administração Pública tem na organização e dinamização da democracia angolana, decidiu-se começar este trabalho por fazer uma explanação e aprofundamento das suas características. É no seio da administração Pública que se encontra o Ministério do Planeamento e desenvolvimento do Território

no qual, por sua vez, se insere o Instituto Nacional de Estatística (entidade responsável pela aplicação dos Censos).

Associado a este conteúdo da Administração Pública, procurou-se fazer uma explanação dos Censos, demonstrando o seu significado e expondo a sua importância no contexto de análise de uma determinada população bem como de repercussões na definição de políticas a seguir nos anos subsequentes à sua aplicação.

No capítulo II, a nossa atenção incidiu na comunicação, uma vez que os meios de comunicação social são fundamentais para a divulgação quer da realização dos Censos quer da sua análise e transmissão dos resultados, considerando ser da mais elementar necessidade, fazer uma explanação do conceito e da importância dos mesmos no contexto Angolano.

No capítulo III, prestou-se especial atenção aos pressupostos teóricos sobre a Terminologia, uma das ciências em que uma das finalidades é a boa comunicação, evitando certas ambiguidades descontextualizadas. Todos estes pontos pretendem dar suporte à abordagem mais incisiva da dimensão terminológica do trabalho. Para que o dicionário terminológico possa surgir, sentimos que é da mais profunda necessidade fazer um enquadramento teórico sobre o tema da terminologia, a sua teoria bem como a abordagem do termo e do conceito com respectivas definições.

Já no IV e último capítulo, foi necessária uma aplicação metodologicamente, onde procuramos, em termos mais concretos, desenvolver o tratamento semi-automático dos dados. A nossa atenção centrou-se na elaboração de um corpus, cujo ponto fundamental foi sublinhar a sua importância na criação de um dicionário terminológico, isto é, dos termos utilizados nos Censos e que devem merecer uma explicação a fim de poderem ser convenientemente aplicados pelos órgãos de Comunicação Social.

Seguindo a linha metodológica, no tratamento semiautomático dos dados, recorreremos aos programas ANTCONC e CONCAPP, onde foi possível analisar um total de 18.075 formas. Destas formas, os pontos da sua análise incidiram sobre as concordâncias e os contextos, conforme se poderá verificar ao longo do trabalho.

ENQUADRAMENTO DO TEMA

O programa de desenvolvimento e organização das populações e habitações é um processo que um país pretende levar a cabo para o controlo e equilíbrio na gestão da despesa pública e qualidade de vida da população, requalificação e urbanização das infra-estruturas do país.

O Executivo angolano, ciente desta preocupação, através do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território, realizou, em 2014, uma campanha de sensibilização e realização do Censo populacional e habitacional, em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) foi o órgão responsável por conceber políticas e aplicação do mesmo, tendo como parceria principal, o Ministério da Comunicação Social, cuja função foi a divulgação da informação através da imprensa.

Portanto, são dois órgãos fundamentais que achamos necessários abordar neste trabalho, tendo em conta o papel que cada um desempenhou e/ou desenvolve neste processo.

A realidade vigente do Ministério da Comunicação Social de Angola é um órgão que tem como missão recolher, analisar, tratar e divulgar a informação, cujos objectivos visam formar e informar o público sobre assuntos de interesse nacional e internacional.

É neste órgão que se centra a nossa atenção com o objectivo de sugerir, eventualmente, ao INE a elaboração de um Dicionário terminológico a fim de guiar os jornalistas, académicos, estudantes e outras entidades, a fim de poderem obter dados sobre o seu funcionamento e a difusão da informação.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A motivação deste trabalho é organizar uma terminologia do Censo que ocorreu em 2014 e que teve como objectivo cadastrar o número de habitantes e habitações; também teve implicação formativa e informativa sobre um dos papéis do Estado; serviu igualmente de material de consulta para as futuras gerações, pois não é a primeira vez que Angola realiza um censo. Ou seja, depois do censo de 1970, Angola vem vivendo uma realidade não controlada da sua população e habitação. Por outras palavras, “Desde 1970 que Angola não realiza um Recenseamento da População e da Habitação por motivos de instabilidade política e social. O RGPH- 2014 será o primeiro recenseamento geral da população e habitação, 43 anos depois da Independência Nacional” (AA.VV, 2014, p. 3).

OBJECTIVOS

Para este trabalho, pretendemos os seguintes objectivos:

- Conceber um Dicionário terminológico do Censo de 2014.
- Estudar os principais documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística, afecto ao Ministério do Planeamento e Território.
- Desenvolver uma abordagem terminológica do censo 2014 em Angola.
- Descrever as principais características da terminologia do Censo 2014.
- Analisar as principais definições encontradas no corpus do Censo 2014.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

1.1 – O que é a Administração Pública

O presente trabalho incide na análise da terminologia utilizada nos Censos, em Angola. Tendo também em conta que os Censos são aplicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), organismo do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território, parte integrante da Administração Pública angolana, considereei como um bom ponto de partida desta investigação começar por uma definição de Administração Pública.

Apesar de pertencer à área específica do direito, pela importância que tem na organização da sociedade angolana, não quis deixar de fazer esta descrição. Importa referir que, por esse mesmo motivo, esta definição não procurará ser exaustiva, mas apenas de contextualização.

Freitas do Amaral (cf. 2006, p. 33) fala de três sentidos que a expressão administração pública pode adquirir, a saber: o sentido de *organização* (sentido subjectivo); o sentido de *actividade* (sentido objectivo); e o sentido *formal*. A Administração Pública em sentido orgânico não consiste apenas na organização dos serviços centrais do Estado. Nem toda a actividade administrativa é uma actividade estadual, sendo que a administração pública não é uma actividade exclusiva do Estado, existindo muitas instituições administrativas que não se confundem com o Estado, que possuem personalidade jurídica e que são, sociologicamente, distintas na concepção e nas funções. É o caso do INE, que abordaremos mais à frente.

Assim, Freitas do Amaral (2006, p. 36) define a Administração Pública do seguinte modo:

“é o sistema de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas colectivas públicas, que asseguram em nome da colectividade a satisfação regular e continua das necessidades colectivas de segurança, cultura e bem-estar” [...] “a Administração Pública, tal como a definimos, é nos dias de hoje um vasto conjunto de entidades e organismos, departamentos e serviços, agentes e funcionários, que não é fácil conhecer de forma exaustiva.”

Neste contexto, interessa acrescentar que L. Carvalheda e B. Cabrito (1986, p. 5) entendem por Administração Pública

“o conjunto extenso, vasto e complexo de serviços, organismos e entidades que existem e funcionam de forma disciplinada, regular e contínua para a satisfação das necessidades colectivas”.

Estes autores dividem a Administração Pública em directa e indirecta. A primeira concentra toda a actividade ministerial e secretarias de estado, a segunda concentra a sua actividade em organismos dependentes do Estado que visam o seu descongestionamento, permitindo uma gestão mais ágil e eficiente de certos interesses colectivos.

Assim, o INE faz parte integrante da Administração Pública Indirecta, estando, em Portugal, na dependência do Ministério das Finanças.

Podemos concluir este ponto geral sobre a Administração Pública, recorrendo novamente a Freitas do Amaral (2006, p. 121) deixando bem explícito que:

“Nenhum país civilizado pode deixar de ter Administração Pública, ou deixar de desenvolver uma actividade administrativa”.

1.1.1 – Administração Pública – O caso concreto de Angola

A história da Administração Pública Angolana divide-se em três grandes períodos marcados primeiro pelo Período Colonial, em segundo pela independência em 1975 e conseqüente instabilidade política, económica e social, levando o país a mergulhar numa profunda e sangrenta Guerra Civil que terminou em 2002, dando, precisamente, início ao terceiro período, o actual.

Durante o período Colonial, a Administração Pública angolana era controlada a partir de Portugal. Podemos, durante este período, afirmar que a sociedade foi dividida em três classes, levando a que, no país existissem dois grandes blocos de normas, o primeiro que regulava os direitos e os deveres dos cidadãos portugueses e equiparados e o segundo que regulava a situação jurídica dos indígenas (cf. PAULINO, s/d., p. 3-4).

Paralelamente à independência de Angola, deu-se a constituição do Estado angolano independente a 11 de Novembro de 1975. Inerentemente à constituição de um Estado Soberano aconteceu a elaboração de uma Constituição, a definição de um Hino e a fixação do Símbolo da República, ou seja, a bandeira. Os princípios filosóficos que

nortearam os estabelecimentos destes critérios (que acabariam por definir a ideologia do país) estavam, claramente, assentes em princípios marxistas-leninistas (Cf. FEIJÓ, 2001, p. 123). A organização da Administração Pública vivia, durante esse período, uma forte influência do partido que estava no poder (no caso o MPLA), sendo organizada segundo a sua ideologia e as suas prioridades. Esta situação pode ser comprovada pela aprovação da Lei n.º 7/81 de 4 de Setembro.

Um dos marcos na história da Administração Pública Angolana é, sem dúvida, a lei n.º 17/90, sobre os princípios a observar na Administração Pública, cifrando-se como o início da reforma administrativa do país. Apesar de ser uma lei bastante genérica que necessitava ser desenvolvida e completada por legislação regulamentar, a sua importância e preponderância foram determinantes. Esta Lei surge no declínio do monopartidarismo e impõe-se já no multipartidarismo e vigora, nos seus princípios fundamentais, ainda hoje na Terceira República. (Cf. FEIJÓ, 2001, p. 112-126; PAULINO, s.d., p. 4-6)

Nesta evolução não podemos deixar de destacar a importância da Segunda República para o desenvolvimento e fixação da Administração Pública. Com a Constituição inerente ao estabelecimento da nova República, surgiram várias novidades no domínio dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, do sistema jurídico e da constitucionalidade, inovando também no campo de actuação do modelo formal e de organização e funcionamento da Administração Pública passando, esta, a reger-se pelos princípios da separação de funções, da autonomia local e conseqüente descentralização (cf. PAULINO, s.d., p. 7), tudo isto, apesar de não haver um capítulo, exclusivamente, dedicado a esta Administração.

Apesar destes esforços para a definição e desenvolvimento da Administração Pública Angolana, os sucessivos governos depararam-se com um problema transversal a todos eles que residia na própria Função Pública Angolana: a falta de formação. Para se contornar esse problema foram criados vários planos de formação, começando pelo Plano Nacional de Formação dos Funcionários Públicos, estendendo-se, mais recentemente, ao Plano Nacional de Formação de Quadros¹. Para que se pudesse agilizar esse processo e em ordem a poder concretizar uma formação mais específica na

¹ Cf. Nota Informativa ENAD, disponível em http://www.enad.gov.ao/wp-content/uploads/2013/01/PNFQ-2013-2020_Nota-Informativa.pdf verificado a 06-06-2015.

Administração Pública angolana, foi criada a Escola Nacional de Administração (ENAD), instituição que possui personalidade jurídica, como pessoa colectiva de direito público com natureza de empresa pública; a missão desta nova instituição é contribuir para o fortalecimento das competências das instituições dos sectores público e privado, afirmando-se pela qualidade e resultados do seu trabalho, como agente activo e influente da modernização dos processos de gestão (ENAD, s.d.).

Todos estes passos indicam que os sucessivos governos angolanos, sobretudo nas Segunda e Terceira Repúblicas, têm feito da reforma e modernização da Administração Pública um dos pontos centrais da sua gestão e têm-no feito não com base numa ideia abstracta, mas com noções bem concretas e objectivas. Não se tem partido de uma (falsa) ideia de excesso de funcionários públicos, mas antes de uma capacitação dos existentes e de uma definição dos seus enquadramentos e das suas competências (cf. FEIJÓ, 2001, p. 128-129).

Todo o enlevo colocado na reforma da Administração Pública tem a sua expressão máxima nos objectivos e princípios fundamentais consagrados no Artigo 198º da Constituição da República de Angola, de 2010 onde se refere que:

“1 – A Administração Pública prossegue, nos termos da Constituição e da lei, o interesse público, devendo, no exercício da sua actividade, reger-se pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, probidade administrativa e respeito pelo património público.”

E continua no artigo 200º

“1 – Os cidadãos têm direito de ser ouvidos pela administração pública nos processos administrativos susceptíveis de afectarem os seus direitos e interesses legalmente protegidos”.

1.2 – Resenha histórica do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território (MPDT)

Na administração central do Estado, o Ministério do Planeamento é o órgão do planeamento global responsável pela coordenação das actividades técnicas de planeamento, pela elaboração das propostas de estratégias e planos de desenvolvimento económico e social e pelo acompanhamento técnico da sua execução (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial).

De acordo com o Decreto Lei n.º 6/03 de 27 de Maio são especificações do MPDT:

Artigo 2º (Atribuições):

Ao Ministério do Planeamento, em articulação com os demais órgãos do sistema de planeamento, são conferidas as seguintes atribuições:

0. No domínio das políticas e estratégias de desenvolvimento:

- a) promover a reflexão sobre o desenvolvimento estratégico do País e sobre as políticas de desenvolvimento;
- b) coordenar a elaboração das estratégias de desenvolvimento estratégico de longo prazo e dos planos de desenvolvimento, em colaboração com os outras órgãos do sistema da planeamento económico e social e os agentes económica e sociais, privados e públicos;
- c) coordenar e elaboração das principais opções estratégicas e a formulação das políticas de desenvolvimento económico e social, no quadro da estratégia de desenvolvimento.

1. No domínio do planeamento e da gestão macroeconómica:

- a) participar na elaboração do quadro macroeconómico anual de referência;
- b) garantir a articulação das políticas de ajustamento macroeconómico com as estratégias de desenvolvimento económico e social a médio e longo prazos;
- c) orientar metodologicamente os órgãos sectoriais e provinciais do planeamento;
- d) acompanhar a execução da política de ajustamento macroeconómico;

- e) elaborar estudos com vista a avaliar o impacto das políticas de ajustamento macroeconómico nas estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazos;
- f) participar na elaboração da política de rendimentos e preços e acompanhar o seu desenvolvimento;
- g) contribuir para um eficaz funcionamento do sistema nacional de planeamento que vier a ser definido na lei-quadro do planeamento;
- h) propor ao Governo as grandes linhas económicas e sociais de orientação estratégica a médio e longo prazos;
- i) preparar e caracterizar os cenários económicos prováveis para o desenvolvimento da economia nacional;
- j) preparar os quadros estratégicos de desenvolvimento económico e social com incidência sectorial e provincial;
- k) colaborar na preparação da estratégia de financiamento da economia;
- l) instituir um sistema integrado de coordenação e gestão da ajuda pública ao desenvolvimento, de acordo com as grandes linhas económicas e sociais de orientação estratégica;
- m) coordenar a elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento económico e social de médio e longo prazos;
- n) participar na construção de um ambiente geral favorável ao desenvolvimento do sector privado, nomeadamente nos domínios legal, dos incentivos aos investimentos e das infra-estruturas materiais;
- o) coordenar a formulação da estratégia de valorização e desenvolvimento do capital humano, de acordo com as grandes linhas económicas e sociais de orientação estratégica;
- p) elaborar os relatórios anuais de execução dos planos nacionais.

2. No domínio da programação e gestão do investimento público:

- a) elaborar, em articulação com os demais órgãos do sistema nacional de planeamento e outras órgãos da administração do Estado ao nível central, sectorial e provincial, os programas nacionais plurianuais e anuais de investimento público;
- b) preparar os critérios de selecção dos projectos de investimento público de acordo com as regras da racionalidade económico e no respeito das opções estratégicas de desenvolvimento económico e social;

c) elaborar os relatórios de execução dos programas nacionais plurianuais e anuais de investimento público.

3. *No domínio da informação económica:*

a) organizar, coordenar e gerir o sistema nacional de informação para o planeamento e a política de desenvolvimento económico e social e garantir o seu eficaz e pleno funcionamento;

b) constituir uma base de dados de projectos para a programação gestão e coordenação do investimento;

c) constituir um sistema de informação para a avaliação dos impactos da política de ajustamento macroeconómico;

d) constituir uma base de dados para a programação do desenvolvimento provincial.

5. *No domínio do desenvolvimento provincial:*

a) formular, em colaboração com os demais órgãos do sistema de planeamento e com os agentes económicos e sociais, as orientações para o desenvolvimento estratégico das províncias;

b) colaborar com os órgãos do sistema de planeamento e outros órgãos da administração do Estado e os agentes económicos sociais, na elaboração dos planos provinciais de desenvolvimento e respectivos relatórios de execução;

c) apoiar as estruturas institucionais provinciais na definição e aplicação de metodologias modernas, expeditas e eficientes de programação provincial.

6. *No domínio da integração económica regional:*

a) preparar, em colaboração com Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração do Estado, as estratégias de integração económica regional;

b) participar, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração do Estado, nas negociações e nas relações de natureza económica com as organizações de cooperação económica regional de que o País é membro.

O MPDT tem o organigrama que apresentamos na página seguinte:

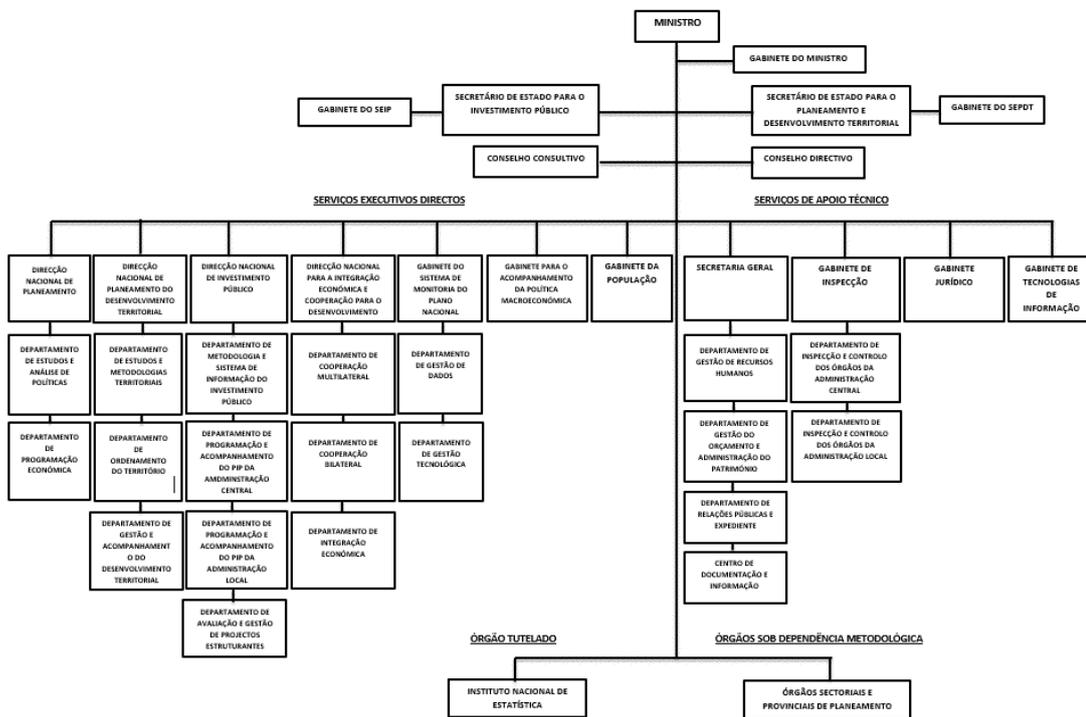


Figura 1: Organograma do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (Fonte: <http://www.mpd.gov.ao/VerImagem.aspx?Imagem=132&tipo=CI>)

1.3 – Instituto Nacional de Estatística (INE)

O Instituto Nacional de Estatística, em Angola, encontra-se na dependência do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, sendo tutelado directamente pelo Ministro.

O INE, pertencendo à Administração Pública Angolana, possui personalidade e capacidade jurídica própria, autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial (Cf. INE, 2000). De acordo com o Estatuto Orgânico do INE, no artigo 3º, ponto 2, compete ao INE a recolha, o tratamento, a análise, a difusão e coordenação dos dados estatísticos delegados e incumbidos pelo Governo. Compete-lhe, ainda, a realização de inquéritos e a recolha de outros dados estatísticos que possam interessar aos utilizadores públicos e privados.

De entre estas funções específicas do INE, encontra-se, como é óbvio a grande recolha e tratamento de dados de um país que são os Censos:

“Os recenseamentos da População e Habitação (Censos) são apontados como as operações estatísticas ‘mais complexas e dispendiosas que qualquer país pode realizar.’” (INE, 2011,p. 7).

A execução de Censos bem como a sua aplicação são altamente recomendados pela Organização das Nações Unidas, tendo, inclusivamente, esta Instituição, regulamentados os procedimentos que os países devem adoptar para a organização do processo².

Em Angola, foi no ano de 1890 que se verificou o primeiro “Recenseamento Geral da População”, de acordo com o estabelecido na Carta Lei de 17 de Agosto de 1899. No entanto, apenas a partir de 1914 o recenseamento passou a incluir também os indígenas. A partir de 1940 teve início a realização decenal do Recenseamento da População. Desde então, até ao presente, apenas houve um recenseamento que não foi considerado por não serem cumpridos os princípios básicos, mais precisamente no ano 1983/87 (Cf. CENSO.INE, s.d.).

1.3.1 – Estrutura Orgânica do INE

Na estrutura do INE, o departamento dos “Censos e Inquéritos Especiais” está na dependência directa do Director Geral e dos dois Directores Adjuntos, como podemos ver pelo organigrama que se segue:

² Cf. United Nations Economic Commission for Europe (UNECE) (2006). Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing.In Conference of European Statisticians. New York and Geneva: United Nations Publications.



1.3.2 O Censo

1.3.2.1 - O que significa Recenseamento?

O Recenseamento ou Censo é uma operação exaustiva e a única fonte completa de informação independente de todas as unidades geográficas e administrativas do país, pelo que produz dados fundamentais para definição das políticas públicas e privadas.

1.3.2.2 - Objectivos do Recenseamento

O Portal do Censo 2014 (CENSO.INE, s.d.) define como objectivos primordiais o seguinte:

- a) contar toda a população presente, não residente ou ausente no país;
- b) actualizar a informação sobre suas principais características demográficas e socioeconómicas;
- c) identificar sua distribuição no território nacional;

- d) realizar o levantamento e a caracterização das habitações/casas na República de Angola;
- e) proporcionar informação para a elaboração das projecções de população e para a construção dos marcos de amostragem para os inquéritos aos agregados familiares.

1.2.3.3 - O que é o Censo?

A palavra censo vem do latim *census* e quer dizer “conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação”. O Censo é a única operação estatística que visita todas as habitações e agregados familiares, no país (cerca de 21 milhões espalhados por 1,245700 km²), de modo a conhecer a situação de vida da população em cada uma das 18 províncias do país, mesmo a nível de aldeia ou bairro.

Foi um trabalho gigantesco, que envolveu cerca de 100 mil pessoas, bem diferente dos inquéritos habituais, como é o caso do inquérito mais recente realizado pelo INE, conhecido por Inquérito do Bem-Estar da População (IBEP), vulgo “Inquiri quê”, que foi realizado por amostragem, como o próprio nome indica, investigando uma amostra da população e, a partir de modelos estatísticos, chegou à representação do todo.

1.2.3.4 - Finalidades do Censo

O Censo é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. Foram recolhidas informações para a definição de políticas públicas a nível provincial, municipal, e comunal até mesmo ao nível de aldeia ou bairro.

Os resultados do Censo também ajudam a iniciativa privada a tomar decisões sobre investimentos. Além disso, a partir deles, é possível acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução de outras características da população ao longo do tempo.

O Censo serve ainda para:

- Conhecer a estrutura da população a nível nacional, provincial, municipal e comunal;
- Acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução da população ao longo do tempo;
- Identificar áreas de investimentos prioritários em saúde, educação, habitação, energia, transporte e distribuição dos recursos financeiros entre outros;
- Disponibilizar informação ao sector público e privado para seleccionar locais para a instalação de fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços, escolas, hospitais, rede de transportes, cinemas, programas de assistência a crianças e aos idosos, etc.;
- Ter informação para a distribuição de fundos a nível provincial, municipal e comunal;
- Construir a base de amostragem para a selecção de amostras de inquéritos junto às famílias;
- Elaborar estudos académicos, e projectos nas diferentes áreas do saber, ajudando a desenvolver a perspectiva científica na utilização dos dados censitários.

As informações recolhidas nos censos são utilizadas para:

- Melhorar a planificação e execução dos programas sociais e de assistência alimentar;
- Planificar novos centros de saúde, escolas e outros serviços essenciais;
- Identificar as zonas com dificuldades de acesso aos serviços de água potável, saneamento e electricidade;
- Medir o nível educacional da população;
- Avaliar as taxas de natalidade e mortalidade em todo o país e nas áreas específicas (comunas e/ou bairros);
- Facilitar as empresas privadas a definir melhor o seu mercado;

- Identificar o nível de bem-estar dos habitantes, mediante a informação sobre a utilização de electrodomésticos e serviços de tecnologias de informação e comunicação/Internet, etc.

1.3.3 - Antecedentes Históricos dos Censos em Angola

Desde 1970 que Angola não realizava um Recenseamento da População e da Habitação por motivos de instabilidade política e social. Desde a sua independência, o país tem sofrido grandes movimentações migratórias internas (cerca de 3.830.000 de deslocados e mais de 300.000 refugiados em países vizinhos, de acordo com as estimativas disponíveis no MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social) Até 2014, o país não dispunha de informação estatística oficial, real a nível nacional, que permitisse apoiar de forma eficiente todos os programas de desenvolvimento em curso no país (cf. INE, 2012a).

Na verdade, o Recenseamento da População e da Habitação consistiu na realização de dois recenseamentos em simultâneo. Esta acção teve vantagens na redução de custos e no aproveitamento dos recursos humanos e materiais envolvidos na operação.

Dos países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e em inglês *Southern Africa Development Community*) Angola e a República Democrática do Congo são os únicos países que não realizaram os Censos da Ronda de 2000. Mais importante ainda é o facto de Angola ser um dos poucos países do mundo que não realizava um Censo completo desde 1970 (cf. INE, 2011, p. 12).

Até ao ano de 2014, em que foram aplicados os Censos pela última vez em Angola, existem algumas datas que convém reter para que se possa entender melhor a história e a dinâmica, bem como as dificuldades da aplicação deste instrumento estatístico neste país (cf. INE, 2011, pp. 8-10).

1770

Primeira tentativa para conhecimento da população de Angola que permitiu obter estimativas da população, categorizada por quantidade, idade, sexo, nascimentos e mortes.

A partir de	De 1777 a 1938 foram realizadas acções com o objectivo de conhecer a população de Angola
1900	Primeira operação considerada como “ Recenseamento Geral da População ”.
1914	Iniciou-se a realização anual do Recenseamento da População Indígena.
1940, 1950, 1960 e 1970	A partir de 1940 começou uma nova era com a realização decenal do Recenseamento da População. Nas operações realizadas a partir desta data tentou cumprir-se com os princípios técnicos de uma operação censitária.
1980 a 1985	Contagem em 5 províncias, como tentativa de um Censo parcial da população.
2014	Realizou-se o Recenseamento Geral da população/Habitação .

A realização dos Censos de 2014 permitiu a obtenção de informação estatística actualizada e fiável. Esta acção foi necessária para o acompanhamento e avaliação da estratégia do executivo angolano, bem como para a produção de indicadores que permitam avaliar os progressos realizados no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

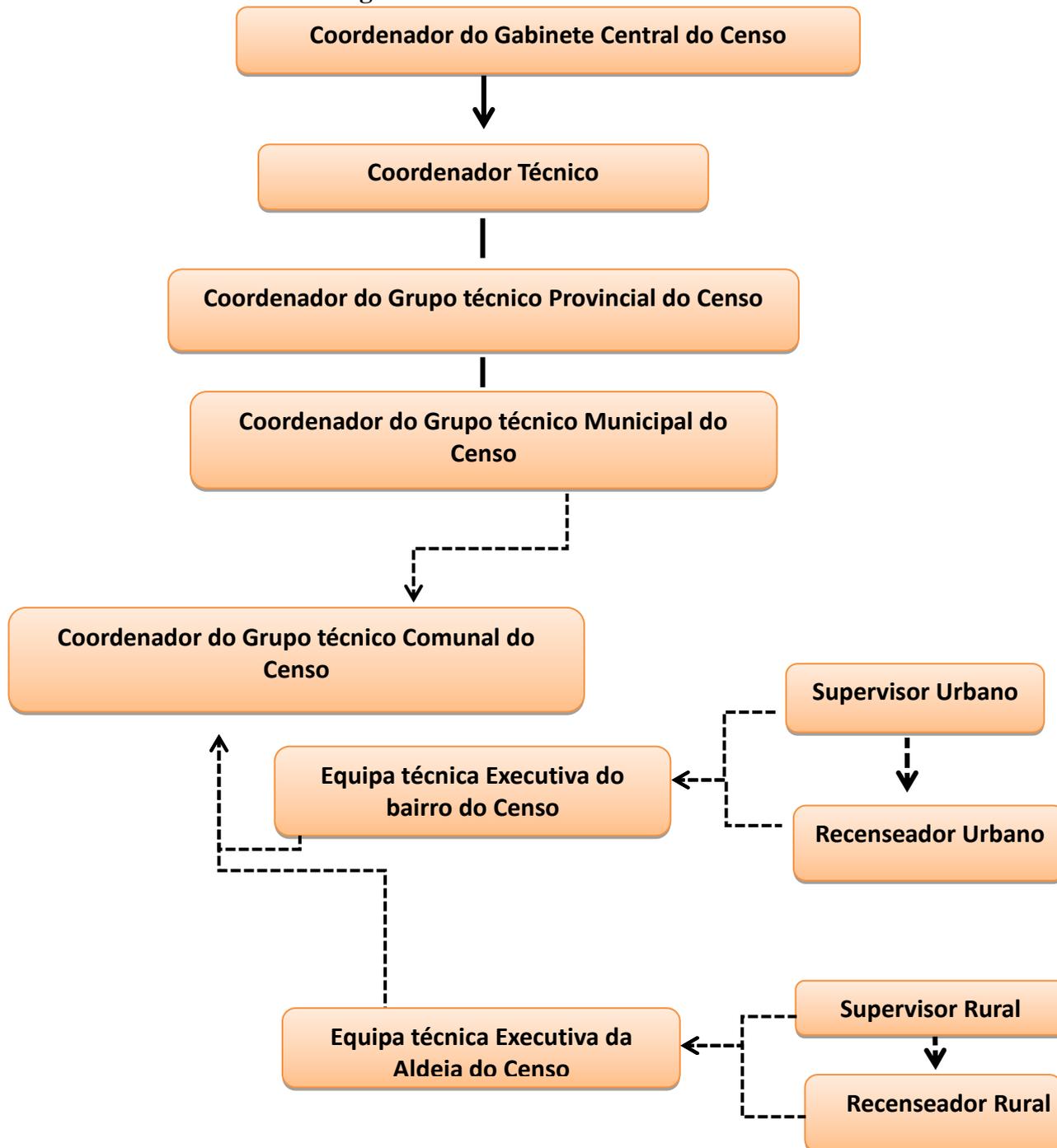
1.3.4 Estrutura organizacional da recolha de dados sobre o Censo

O Instituto Nacional de Estatística, através do Gabinete Central do Censo - órgão criado especialmente para a realização do censo, sob supervisão e controle do Conselho Coordenador do Censo, presidido pelo Presidente da República de Angola é responsável pela preparação e realização do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2014) e conta com a colaboração dos Governos provinciais, exército, polícia,

educação e outros órgãos do estado, igrejas, sociedade civil, etc.

A nível das províncias, foram responsáveis pela organização, execução e acompanhamento dos Censos, nas suas respectivas áreas de jurisdição, segundo as normas técnicas do GCC, os Grupos Técnicos Províncias do Censo (GTPC), Grupos Técnicos Municipais do Censo (GTMC) e os Grupos Técnicos Comunais do Censo (GTCC) (cf. INE, 2012, pp. 5-7).

Estrutura Organizacional do Gabinete Central do Censo³



³ Cf. INE, 2012, p.8

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO E O SEU IMPACTO SOCIAL

2.1. Conceito de comunicação social

A realidade global dos nossos dias é cada vez mais comunicativa, interactiva, permitindo que o homem se insira em vários contextos da vida social. Comunicar é um acto natural e fundamental do ser humano.

A comunicação é, na perspectiva de Prieto Guillermo Ballenato (2013, p. 17),

“um tema apaixonante. Penetrar no seu conhecimento e análise pode levar-nos a reflexões profundas sobre nós mesmos e sobre as relações humanas. Qualquer melhoria que possamos introduzir no âmbito da comunicação pode contribuir decisivamente para alcançar um maior equilíbrio pessoal e para otimizar as relações interpessoais”.

A partir desta perspectiva, podemos sublinhar que os meios de comunicação social implicam técnicas e meios que o homem utiliza (pode utilizar) para que a veiculação da informação se realize, tanto de forma unilateral como bilateral.

A comunicação tem um papel preponderante na vida do homem, na sua relação com os outros contextos que o circundam, participando também na evolução da própria ciência.

Assim, Adriano Duarte Rodrigues (2001, p. 9) afirma que

“A emergência da questão comunicacional tem efeitos epistemológicos inegáveis, em particular no domínio das ciências humanas. O próprio desenvolvimento das ciências humanas não pode ser isolado do movimento de ruptura epistemológica para com os quadros de referência em que se inserem nas interrogações e os procedimentos das ciências modernas, de natureza predominantemente classificatória e evolucionista”.

A comunicação é um facto social e humano; a sua natureza fundamental visa a interacção entre os indivíduos, tendo em consideração também os diferentes pontos de vista da convivência cultural, económica, política, etc.

Assim sendo, desta diversidade situacional, a comunicação implica, muitas vezes “tanto os processos de transacção entre indivíduos com a interacção dos indivíduos com a natureza, dos indivíduos com as instituições sociais e ainda o relacionamento que cada indivíduo estabelece consigo próprio” (RODRIGUES 2001, p. 67).

Desta relação interactiva que a comunicação proporciona ao homem, é necessário não descurar as capacidades do locutor e do interlocutor que lhes advém da própria realidade social, permitindo um entrosamento profícuo.

Neste sentido, Gil Baptista Ferreira (2009, p. 37) é da seguinte opinião:

“As capacidades próprias do indivíduo, tanto cognitivas como emotivas, são-lhe transmitidas socialmente. Ensina-se-lhe a ser perceptivo, a ter sentimentos ligados ao próprio *self*, a ter orgulho, honra, dignidade, tacto, atenção sobre os outros e domínio sobre si próprio”.

Nesta conformidade de ideias, num mundo caracterizado por uma relação de interdisciplinaridade, de conflitos, etc., o próprio desenvolvimento comunicativo é urgente, uma vez que “comunicar foi sempre importante, antes ou depois da Internet, embora pareça que só agora é mais importante, apenas porque vivemos numa época com uma maior torrente de informação e numa situação de autêntico caos de comunicação” (FIGUEIREDO2014, p. 4).

2.1.1. Comunicação social e técnicas de informação

A comunicação é indispensável para otimizar o funcionamento das organizações. Comunicar eficazmente e compreender os mecanismos do processo de colaboração por parte do cliente interno torna-se fulcral e pode levar uma organização ao sucesso ou ao insucesso.

No caso do Censo que se realizou em Angola, teve êxito pelo facto dos diversos organismos envolvidos na sua aplicação terem sido formados por pessoas com um bom

nível de comunicação para compartilharem as regras e metas a atingir. A comunicação interna foi muito bem organizada. Certamente, a informação relativamente aos resultados é credível, porque os meios foram utilizados em função dos seus objectivos e públicos.

Porém, convém distinguir comunicação de informação. A informação situa-se ao nível dos conteúdos que circula, nos fluxos comunicacionais, enquanto a comunicação consiste num conceito mais abrangente que não está dependente da informação. Dito de outro modo, a falta de informação não significa a falta de comunicação, enquanto a falta de comunicação implica a não transmissão da informação.

Para Duterme (2002, p. 18) “em situação de comunicação, a nossa atenção é focalizada naquilo que é trocado: conteúdo e mensagem”. A maneira como as informações são transmitidas, a forma como os intervenientes comunicam, estão todos ligados ao conteúdo das mensagens trocadas.

Na perspectiva de Duterme (2002), as novas tecnologias de informação e comunicação determinam a importância dos responsáveis pela comunicação e conferem-lhe um poder mais importante sobre os processos comunicacionais.

Segundo Ferreira (1986, p. 443), “comunicação é o acto de comunicar-se, emitir, transmitir e receber mensagens através de métodos convencionados”, ou ainda, “é a transmissão de uma mensagem entre uma fonte e um destinatário, distintos no tempo e ou/ espaço, utilizando um código comum”.

De acordo com Cunha (Cunha et al., 2007, p. 354), “comunicar é gerar envolvimento e compromisso, dado que os indivíduos gastam perto de 7% do seu tempo comunicando, escrevendo, lendo, falando, ouvindo”.

Nas Instituições governamentais, e não só, a percepção da comunicação é constituída pela transmissão de informações. Quando se verifica o aparecimento de disfunção na transmissão, significa que não há política de comunicação formalizada, o que resulta numa transmissão de informação de forma natural, de certa forma, a cultura, os hábitos e a estrutura organizacional, incumbem-se de regular a actividade da informação.

Enfim, a comunicação contribui para um bom ambiente, dinamizador da autoconfiança, motivação e assertividade. Neste sentido, a comunicação é vista como um instrumento de consciencialização, devendo ser entendido e assimilado enquanto valor cultural da organização, para que seja possível o sucesso de qualquer projecto implementado na comunicação interna (Pereira, 2006).

2.2. Importância dos meios de comunicação social e sistemas de informação

Partindo do pressuposto de que a comunicação implica transmissão da mensagem e que contém alguma informação, tanto a comunicação como a informação não deixariam de ser importantes, no contexto em que estamos a delinear este assunto, uma vez que, exerce-se uma função em que o emissor codifica e o receptor descodifica, obtendo a informação e, ao mesmo tempo, permite que haja verdadeira comunicação entre os interlocutores.

A comunicação tem como papel influenciar e mudar a mentalidade do indivíduo, pois, quando se recebe uma informação, algo deve mudar no indivíduo. Por outras palavras, “A mudança é a essência da comunicação; depois de uma troca comunicativa, a situação já não é a mesma: aconteceu uma coisa que modificou de um ou de outro modo a relação entre os participantes ou entre estes e o ambiente exterior” (cf. McQuail, citado por Bitti, Pio Ricci e Zani, Bruna, 1997, p. 237).

Comunicar uma informação é um acto que cria conexão entre os interlocutores, num ambiente de sociabilidade e solidariedade. Assim sendo, “A actual constituição de redes de solidariedade mediática oferece experiência de um novo modelo de conexão ao sistema de informação, transversal às formas tradicionais de sociabilidade” (cf. RODRIGUES, 2001, p. 125).

E a comunicação, bem como a informação, não escapam ao domínio cultural da técnica. Por isso, Adriano Duarte Rodrigues (2010, p. 24) afirma que “As técnicas da comunicação e da informação inserem-se num domínio mais vasto da cultura, o domínio da experiência técnica”.

Face ao sistema complexo da comunicação e da informação, obviamente que, comunicação não é sempre um processo fácil, mas o que dela se deseja é que se insira sempre nos parâmetros em que comunicar se torne numa “arte de bem gerir mensagens, enviadas e recebidas, nos processos interaccionais” (cf. DIAS 2004, p. 45).

2.3. O Ministério da Comunicação Social na República de Angola

Antes de aprofundar o presente ponto, creio ser da mais importante e elementar obrigação para com a verdade, fazer uma declaração de interesses: possuo um vínculo laboral ao Ministério da Comunicação Social de Angola, vínculo esse que me possibilita estar aqui a aprofundar os meus conhecimentos e a aumentar a minha formação pessoal. O objectivo passa pelo regresso ao meu país com a intenção de contribuir para o desenvolvimento através do desempenho das minhas funções.

Posta esta declaração de interesses devo, no entanto, referir que não foi esse o principal motivo que me levou a optar por dedicar um ponto da dissertação ao Ministério da Comunicação Social. A razão para esta referência prende-se com o facto de ser este o Ministério que mais auxiliou o INE na preparação da população, informando sobre a importância dos Censos e seu desenvolvimento, posteriormente, pela divulgação dos seus resultados. Creio que funcionam como estruturas complementares e que têm em vista o mesmo fim: aumentar e aprofundar o conhecimento sobre Angola, bem como retratar fielmente o país para os nacionais e para a comunidade internacional. Estas foram as verdadeiras razões que me levaram a introduzir este tópico, no seguimento do referente ao INE, onde se abordaram de forma mais aprofundada, os Censos.

Em qualquer país livre e democrático, a Comunicação social funciona com total isenção e independência. Para que tal aconteça, é necessário que seja criado um enquadramento legal que permita essas condições ontológicas.

Em Angola, até à independência em 1975, isso não se verificava. Tal como no país colonizador, a Comunicação Social era fortemente controlada e censurada. O famoso “lápiz azul” adquire dimensões transcontinentais estendendo-se até Angola para

controlar tudo o que era noticiado. Só após a Independência, Angola pode criar o seu próprio ministério para a comunicação social que, à altura, se designava Ministério da Informação (MINFA). Contudo, este Ministério rapidamente desapareceu ao fim de apenas seis/sete meses. As suas funções passaram, então para a orientação do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, até 1990, altura em que se implantou o multipartidarismo em Angola. A partir desse ano voltou a chamar-se de Ministério da Informação e, mais recentemente, passou a designar-se de Ministério da Comunicação Social, que se mantém até ao presente (cf. Maria, 2010, p. 17-34).

Segundo o Decreto-Lei nº 6/05 da República de Angola, ao Ministério da Comunicação Social, compete-lhe, especificamente:

- Auxiliar o Governo na realização da política nacional da informação;
- Organizar e manter um serviço informativo de interesse público;
- Tutelar a actividade da área da comunicação social;
- Licenciar o exercício da actividade de radiofusão e televisão;
- Proceder ao registo das empresas jornalísticas e de publicidade, autorizando o exercício, em território nacional, da actividade correspondente de empresas jornalísticas e de publicidade, bem como dos programas de radiodifusão sonora e televisão, para efeitos estatísticos, de defesa da concorrência e de direitos de autor;
 - Autorizar o exercício, em território nacional, da actividade de correspondente de imprensa estrangeira e informar o Governo sobre a forma como a profissão é exercida;
 - Promover a divulgação das actividades oficiais utilizando para tal a imprensa, conferências, radiodifusão, televisão e outros meios disponíveis;
 - Desempenhar outras tarefas superiormente acometidas decorrentes da actividade própria que lhe é inerente.

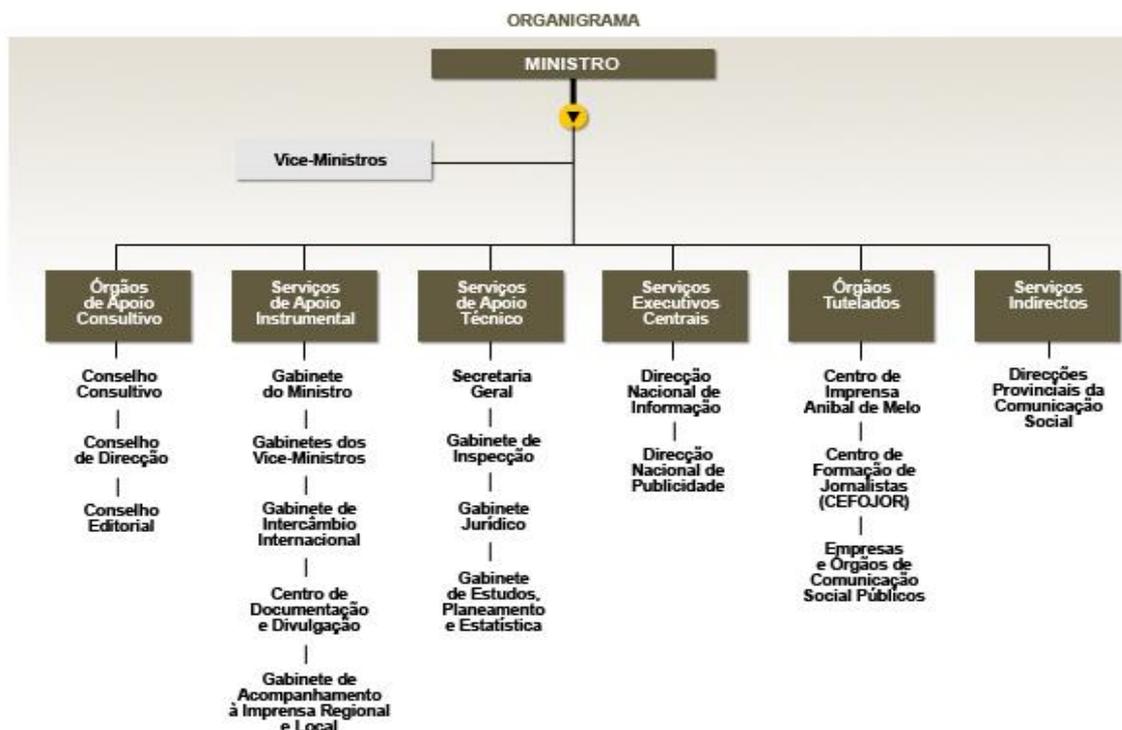


Figura 3: Organigrama do Ministério da Comunicação Social (Fonte: <http://www.mcs.gov.ao/VerImagem.aspx?Imagem=14&tipo=CI>)

2.4. Impacto dos meios de comunicação social

Um dos problemas que a sociedade actual pode e deve exigir é a informação. Independentemente do tipo de informação é preciso que seja veiculada. Para a sua veiculação, em sentido lato, é necessário que haja meios. Por esta razão, os meios de comunicação social têm um impacto muito forte, pois informam e formam o indivíduo sobre as suas crenças, convicções, sua identidade e cultura, sua condição de vida, cujos pontos fulcrais se resumem em seus direitos e deveres.

Esta tarefa é também incumbida aos meios de comunicação social. Assim, Ferreira, Gil Baptista (2009, p. 149) salienta que “o desenvolvimento dos média tem vindo a aprofundar e acentuar esta organização reflexiva da identidade, na medida em que, com a expansão dos recursos simbólicos à disposição, os indivíduos encontram-se

continuamente perante novas possibilidades, novos horizontes e novos pontos de referência”.

Nesta ordem de ideias, Silva, Leandro Alves (2011, p. 22-23) aponta que este processo

“está relacionado com o progresso do desenvolvimento cultural e individual daqueles que estão em actividade. As ferramentas são criadas pela sociedade ao longo da história humana e mudam constantemente com ela – trazem efeitos sobre a mente de quem as utiliza e sobre o contexto em que estão envolvidas; assim é caracterizado o desenvolvimento cultural. As ferramentas culturalmente produzidas trazem transformações comportamentais em forma de ponte, entre formatos antigos e novos de desenvolvimento individual. Assim, a mudança do mecanismo está enraizada na sociedade e na cultura”.

É à volta de toda esta compreensão que o processo de contagem da população, designado por censo, ganha forma para que toda a população saiba dos seus feitos e os critérios de sua realização.

2.5. A divulgação da informação pelos meios de comunicação social

Tratando-se dos *media* como conjunto, não nos é alheio falar da sua função na vida social do indivíduo e não só. Uma das suas tarefas visa a propagação da informação com base em técnicas e critérios, obviamente seleccionados, tendo em conta a linha de acção, a perspectiva, as finalidades do que, à *priori*, é mesmo informar.

Uma vez que o nosso foco é a imprensa concretamente a TV e a Rádio, consideramos que o jornalismo é uma das profissões que melhor reflecte a função, que lhe é ontológica, a de informar. É a partir desta visão de realizar a sua função da forma mais completa e séria possível que o jornalismo “fornece informação aos actores económicos sobre preços e acontecimentos como naufrágios, guerras ou inovações tecnológicas que possam afectar os seus interesses, e fornece entretenimento sob a

forma de notícias com interesse humano e o equivalente impreso do mexerico” (cf. Hallin, Daniel C, Mancini, Paolo, 2010, p. 40).

Na mesma linha de pensamento, Gil Baptista Ferreira (2009, p. 140) admite que

“os novos dispositivos da informação e da comunicação não se limitam a desempenhar as funções de instrumentos inertes da comunicação dos projectos, ideias ou sentimentos que animam os indivíduos: tendem ainda (e sobretudo) a funcionar de maneira quase instintiva ou neutralizada, dando origem a regularidades automáticas que se sobrepõem, de maneira tradicional, tendencialmente imediata e espontânea”.

Pela sua natureza estrutural e funcional, a informação deve ser transmitida com o objectivo de ser percebida pelos ouvintes/leitores, pois estes possuem um desenvolvimento intelectual, cultural diferente, um do outro, sendo que

“o ser humano possui a capacidade de dotar os objectos, as ideias e os acontecimentos de significado. Codificamos e descodificamos mensagens, num processo que tem uma certa carga de subjectividade” (cf. PRIETO, 2013, p. 35).

Olhando para toda essa abordagem, não é menos importante referir que a mensagem que se transmite constitui o elemento-chave. Uma comunicação em que a mensagem não chega aos destinatários em perfeitas condições de escrita ou ao nível acústico, dificilmente vai transformar a sociedade, isto é, não será capaz de atingir os seus objectivos.

É, por isso, que a forma como se transmite a mensagem se revela como um elemento fundamental na e para a própria mensagem. Em torno de toda essa problemática, é importante ter-se em conta que a comunicação pode ser efectuada, tanto para produzir efeitos positivos como negativos.

Assim, o critério para a averiguação da existência ou não do processo comunicativo está, intimamente, associado à natureza da prova da sua efectivação:

“A prova da realização de um processo comunicativo, ainda que implícito, é a sensação, positiva ou negativa, que recai sobre os interlocutores. Não dizer ou não fazer algo esperado pode merecer a aprovação ou a reprovação, de acordo com o sentido gerado pela expectativa” (cf. RODRIGUES, 2001, p. 68).

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS EM TERMINOLOGIA

3.1 - Terminologia

A terminologia, não sendo uma disciplina recente, apenas nas últimas décadas foi alvo de uma sistematização. Apenas por volta dos anos trinta do século XX se estabelecem as características da Terminologia que hoje conhecemos, ganhando contornos científicos, assentando numa metodologia que lhe é própria, distinguindo-se, segundo Rute Costa (1993), da linguística em geral e da lexicologia em particular.

Neste processo de sistematização podemos destacar duas figuras de grande importância, a saber: o austríaco Eugene Wüster (1898-1977), considerado o fundador da terminologia moderna; e o russo D. S. Lotte (1889-1950). Estes dois autores são, também, os dois grandes representantes daquelas que são consideradas as duas maiores escolas de terminologia, sendo, respectivamente, o primeiro o grande representante da Escola de Viena e o segundo, fundador e igualmente figura mais proeminente, da Escola Soviética. De destacar, ainda, a criação, em 1904, no Missouri da Associação internacional de normalização, a Comissão Electrotécnica Internacional (CEI). (cf. CABRÉ, 1999, p. 21-22).

A discussão em torno de qual dos dois autores foi, de facto, o fundador da terminologia como uma ciência tem feito correr muita tinta e não se apresenta com uma conclusão unívoca. Se por um lado Rondeau (citado por COSTA, 2001, p. 6-7) defende que é Lotte quem deve ter esse papel, no sentido contrário aparece Picht (cit. por CABRÉ, 1999, p. 22), defendendo que esse papel deve ser atribuído a Wüster. O primeiro escuda-se no facto de Wüster apenas ter começado a desenvolver a sua Teoria Geral da Terminologia, por volta dos anos trinta, estando, até lá, apenas preocupado com o tratamento de dados terminológicos. Ora, Rondeau defende que, durante esse período, já Lotte se ocupava com os aspectos teóricos e metodológicos. Por seu turno, Picht justifica que a de tese de doutoramento, apresentada por Wüster, em 1931, é, de facto, a primeira exposição de uma teoria da terminologia. (cf. COSTA, 2001, p. 6-7; CABRÉ, 1999, p. 22)

Em consequência das preocupações metodológicas de Wüster e das preocupações teóricas de Lotte, foi criado um organismo que tem como objectivo principal o favorecimento do comércio internacional, desenvolvendo a normalização

dos produtos e dos processos. Esse organismo intitula-se *International Organization for Standardization* (ISA). Mas com a 2ª Guerra Mundial, este organismo acaba por ficar suspenso para não mais ser reatado, dando lugar, em 1946, à *International Organization for Standardization* (ISO), que, por sua vez, cria em 1951 o Comité Técnico 37 (TC 37) que tem como principal função a normalização da Terminologia e dos seus princípios metodológicos (COSTA, 1993, p. 7).

3.1.1 – Métodos de estudo terminológico

Rute Costa (1993), recorrendo a Rey (1986) e Guilbert (1971), faz uma elencação do que pode ser incluído no vocabulário especializado, a saber: **o vocabulário científico**: "conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a um domínio científico, que são utilizados por um grupo sociocultural e profissional." (GUILBERT, 1971, p.12); **o vocabulário técnico**: "conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a uma técnica, que são utilizadas por um grupo sociocultural e profissional" (GUILBERT, 1971, p.12); **o vocabulário técnico-científico**: "conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprias de domínios que articulam aspectos científicos e técnicos"; e **o vocabulário tecnológico**: "conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a domínios que articulam aspectos científicos, técnicos e tecnológicos" (REY, 1986).

Wüster marca, ainda, a história da terminologia ao estabelecer os três pilares do que viria a ficar universalmente conhecido como a Teoria Geral da Terminologia (TGT):

- i) os termos surgiriam como formas de denominar os conceitos;
- ii) a Terminologia seria um sistema de denominação de uma área especializada, na qual haveria uma relação de univocidade entre conceito e termo;
- iii) a Terminologia teria a função prescritiva e normalizadora para fazer o levantamento sistemático dos termos de uma área especializada para então prescrever a padronização de seus usos terminológicos, com vista a melhorar a precisão comunicativa (PEREIRA, 2012, p. 43).

Donde depreendemos que para Wüster a polissemia viria a perturbar toda a formulação e perturbaria a relação entre o termo e o seu conceito. Idealmente, para ele, o termo deveria ser o mais estável possível com características de imutabilidade. Segundo os princípios wusterianos, um termo acabaria por infringir a regra da biunivocidade ao comportar-se de forma a incorporar um novo conceito ou mesmo quando um conceito faz referência a mais de um termo.

Contudo, mais recentemente, esta teoria de Wüster tem vindo a ser posta em causa. Segundo Sager (apud FAULSTICH, 1995, p. 1), durante alguns anos após esta teria ter ganho importância, o trabalho dos terminólogos consistia em fazer o registo apenas das formas terminológicas que diziam respeito ao conceito em concreto.

Contudo, esta nova perspectiva sofreu grandes e profundas alterações quando mais recentemente os terminólogos passaram a observar o uso que o próprio termo tem, tal como a caracterização das suas variantes terminológicas (cf. PEREIRA, 2012, p. 44-46).

A teoria que melhor corresponde a esta evolução foi apresentada por Teresa Cabré, em 1999, a designada Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Não será alheia a esta nova perspectiva, o facto de Cabré ter introduzido o termo “comunicativa” na sua teoria, associando-a à Terminologia. De facto, ela percebeu a importância que as ciências, teorias e modelos da comunicação estavam a ganhar na viragem do século, afirmando-se, actualmente, como uma das mais preponderantes áreas dentro das ciências sociais e humanas.

Assim, a TCT é, segundo L’Homme et al. (2003, p. 154),

“the communicative dimension of terms in addition to their cognitive and linguistic aspects”.

Com esta inclusão da dimensão comunicacional na sua teoria, Cabré abre, directamente, a porta à entrada dos meios digitais e da chamada “inteligência artificial” na Terminologia, aumentando de forma exponencial o seu raio de acção, a sua influência e a sua capacidade de processamento de informação e de organização da mesma.

Segundo Cabré (1999, p. 119),

“los sistemas ópticos e acústicos de entrada de datos [...] deberán contribuir notablemente a mejorar los servicios que la informática presta al trabajo terminológico e documental”.

Esta interligação entre os meios informáticos e a Terminologia permitiram o desenvolvimento e a criação dos *Corpus* como nós os conhecemos actualmente.

3.1.2 – Importância da Terminologia

Tendo em conta as várias áreas de aplicação da Terminologia, bem como os diversos contextos em que é utilizada, podemos afirmar que a Terminologia não encontra um sentido unívoco nem na sua concepção nem na sua compreensão. E fundamento a minha afirmação num posicionamento de Sager (1990, p. 3 – 9), pelo qual o autor distingue três significações possíveis da Terminologia, a saber: actividade, teoria e vocabulário.

Tendo em conta que a Terminologia permite ser utilizada como uma forma de recolha, análise e apresentação de conceitos num determinado contexto (os corpora de especialidade, por exemplo), neste caso, assume o significado de actividade; no entanto, como teoria, a Terminologia, assume uma lógica de desenvolvimento e apresenta as suas conclusões, seguindo um itinerário bem definido e delimitado que fazem dela, simultaneamente, uma ciência; por último, a Terminologia é utilizada, não poucas vezes, como sendo apenas uma referência vocabular específica de uma determinada área do saber.

O ponto de vista comunicacional está, indelévelmente, marcado na teoria da TCT, quando se refere que o termo actualiza o seu significado no contexto comunicacional em que é utilizado (cf. CABRÉ, 1998, p. 128 apud PEREIRA, 2012, p. 45). Esta afirmação, para além de contrariar directa e explicitamente a tese de Wüster, vem revolucionar a forma como se olha e como se trabalha em Terminologia.

Ainda antes de apresentar a formulação da TCT, Cabré (1993, p.128) defendeu que se poderia distinguir a língua em dois vectores distintos, a saber: a Língua de especialidade (LE) e a Língua comum (LC). Esta última, seria “[...] el conjunto de reglas, unidades y restricciones que forman parte del conocimiento de la mayoría de hablantes de una lengua”, diferenciando-se da Língua de Especialidade não por diferenças semânticas, morfológicas ou outras, mas antes por questões que têm a ver com situações específicas da sua aplicação. Esta posição de Cabré aparecia já na antecâmara preparatória para a apresentação da sua TCT e da maleabilidade significativa que os conceitos devem ter mediante o seu contexto de uso. Esta não fixação inamovível do conceito ao seu significado unívoco representa o Princípio da Variação da TCT.

A TCT marcou o rompimento com as teorias preconizadas por Wüster e a escola de Viena; mas também podemos dizer que a unanimidade teórica não se verificou com esta nova teoria de Teresa Cabré (e nada indica que esse fosse o desejo da autora) já que, podemos, facilmente, identificar nas décadas finais do século XX novas abordagens teóricas que se têm vindo a consolidar; dependendo do contexto em que a Terminologia é utilizada, essas teorias vão sendo também elas utilizadas, chegando até, pela sua complementaridade à simultaneidade da sua aplicação. Referimo-nos, por exemplo, às teorias da Terminologia Sociocognitiva, da Terminologia Cultural, da Terminologia Textual e da Socioterminologia.

Por considerarmos que são teorias muito importantes na Terminologia actual, optámos por abordar (ainda que de forma muito sucinta) cada uma delas.

3.1.3 – Conceito e Termo

Sager (1993), preconizando a teoria que mais tarde T. Cabré apresentou como a TCT, defendeu que a observação do contexto em que o termo é utilizado permite que se faça a identificação bem como a categorização das diversas variantes linguísticas, em diferentes tipos de textos, que os termos podem adquirir.

Esta relação entre o termo e o seu uso foi apresentado, também em 1993, por Gaudin quando na sua tese de Doutoramento “*Pour une socioterminologie: des*

problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles” apresenta o conceito de Socioterminologia como aquele que melhor orienta a questão social do termo:

“... a socioterminologia, com o suposto de que deseja ultrapassar os limites de uma terminologia “de escrivão”, deve localizar a gênese dos termos, sua recepção, sua aceitação, mas também as causas do insucesso e as do sucesso, no âmbito das práticas linguísticas e sociais concretas dos homens que empregam tais termos. Estas práticas são essencialmente aquelas que se exercem nas esferas de actividade. Eis porque a socioterminologia devia reencontrar as reflexões nos laços que se criam entre trabalho e linguagem” (GAUDIN,1993, p. 216 *apud* FAULSTICH, 2006, p. 29).

Contudo, já em 1991, aquele que é considerado o precursor desta corrente, Jean-Claude Boulanger no seu artigo “*Une lecture socio-culturelle de la terminologie*” tinha exposto aqueles que considerava serem os exageros com que a doutrina tradicional da Terminologia acabava por limitar a exploração e apresentação dos termos, atenuando, assim, “os efeitos prescritivos exagerados de algumas proposições normativas” (p.25).

Tendo em consideração as explanações que apresentei dos diversos autores de referência, podemos concluir dizendo que a Socioterminologia é um ramo da Terminologia que, analisando os termos e conceitos aplicados nos vários discursos de especialidade, sejam eles, científicos ou técnicos, procura estabelecer ligações com a sociedade e o seu uso no contexto social. Importa referir que para a Socioterminologia não é só o termo que tem importância; também o canal, o suporte e a recepção são elementos considerados centrais e fundamentais para a operacionalização desta corrente. Faulstich (2001, p.20), defende que:

“a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o termo é usado”.

Por tudo o que ficou dito, podemos com firmeza afirmar que a Socioterminologia encontra o seu espaço de actuação, preferencialmente, na análise de discursos de especialidade.

Para terminar, e como forma de estabelecer a ligação deste ponto com a temática desenvolvida nesta dissertação, não posso deixar de replicar dois pontos defendidos por Faulstich (1995, p.2-3) e que são de suma importância para o nosso trabalho, pois farão parte integrante do nosso horizonte metodológico. A autora destaca os princípios que devem nortear uma investigação, onde a componente socioterminológica tenha um grande relevo, a saber:

“1) os princípios da sociolinguística, tais como os critérios de variação linguística dos termos no meio social e a perspectiva de mudança;

2) os princípios de etnografia: as comunicações entre membros da sociedade capazes de gerar conceitos internacionais de um mesmo termo ou de gerar termos diferentes para um mesmo conceito”.

A proposta da Terminologia textual, apresentada por Bourigault e Slodzian, (1999) advoga que o texto é o ponto de partida para a descrição terminológica; a descrição do termo é o resultado do trabalho de análise, conduzido pelo linguista terminólogo. Para consolidar a proposta, os autores criam condições para a descrição das unidades lexicais e validação dos termos.

No seguimento desta perspectiva da Terminologia textual, Teresa Lino (2010) defende que esta teoria terminológica constitui uma transgressão aos princípios clássicos da terminologia defendida por Wüster, uma vez que este autor privilegiava a tríade termo/conceito/referente, preconizando a monossemia do termo científico e técnico.

Segundo Rute Costa (2001, p. 9), esta abordagem “vem manifestamente contribuir para um desenvolvimento da análise e descrição em linguística”.

Com a dinâmica introduzida pela Terminologia Textual, o papel do terminólogo deixou de ser decisivo e fundamental. A observação que este faz a partir do corpus, bem como da contextualização do termo são aspectos que rompem, tal como referido por Teresa Lino, com a visão clássica de Wüster. Apoiando-se em Bourigault e Slodzian, Ana Maciel (SD) aprofunda, de forma detalhada, mas ao mesmo tempo sintética, esta ideia:

“A Terminologia Textual não vê a significação como um dado *a priori*, mas como um processo de produção de sentido num texto dado. Por isso, concebe o termo como um constructo da análise do terminólogo, validado pelo especialista da área temática e não uma realidade virtual concebida pelo cientista e colectada pelo terminólogo *in abstracto*. Assim, de um lado, considera a pertinência da unidade lexical em relação ao *corpus* pesquisado e identifica as estruturas específicas e estáveis de sua ocorrência. De outro lado, considera a pertinência da unidade em função do usuário da terminologia em foco, da validação do especialista da área e da natureza do produto terminográfico a ser elaborado (BOURIGAULT, D. e SLODZIAN, M., 1999, *apud* MACIEL, A., SD, pp. 3-4)”.

Assim, as diversas perspectivas contribuem para a evolução da Terminologia enquanto disciplina. Recentemente, podemos ainda observar a perspectiva conceptual.

A Terminologia apresenta-se como um campo científico, cuja linha de acção visa a estruturação do conhecimento, através do qual os seres humanos se servem para a construção da ciência.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO CORPUS

4.1. Abordagem metodológica

Em relação à metodologia, esta pesquisa é caracterizada como descritiva e analítica, cuja contribuição teórica consiste na compreensão do material utilizado durante o *Censo de 2014*. Utilizaremos também as obras bibliográficas referentes ao tema de pesquisa no que diz respeito aos pressupostos teóricos.

Com esta metodologia, pretendemos desenvolver as questões terminológicas que se prendem com a elaboração de um dicionário terminológico que possa facilitar a pesquisa dos jornalistas, docentes, estudantes e o público interessado.

4.2. Corpus

Segundo Rute Costa (2001, p.16),

“o *corpus*, objecto de estudo que está na origem das linguísticas de *corpora*, é um lugar de observação que permite a descrição de actualizações da língua organizadas em enunciados, discursos ou textos. Na base da constituição destes conjuntos de dados linguísticos estão critérios de selecção sistematizados, que facultam a legítima distribuição do estatuto de *corpus* a tais conjuntos de dados”.

Ainda segundo Rute Costa, concluímos que as linguísticas de *corpora* contêm em si mesmas um duplo estatuto, se por um lado podem ser entendidas como subdisciplinas no seio da linguística, por outro podem ser entendidas como disciplinas auxiliares para todas as restantes disciplinas da linguística (cf. COSTA, 2001, p. 18-19).

Segundo Slodzian (2000, p. 78), um *corpus* deve reflectir uma organização dos dados por forma a que estes constituam a “realidade material acessível, analisável e avaliável”. Mas para que os resultados sejam, realmente, fiáveis é indispensável, como bem refere Rute Costa (200, p. 19), que o “objecto sobre o qual recaem as nossas hipóteses seja adequadamente definido e delimitado”.

Se seguirmos o pensamento de Wolfgang Teubert (2004, p.10), e afirmarmos que “os *corpus* linguísticos vêm a língua como um fenómeno social”, estamos a

afirmar que esta pode actualizar vários significados, dependendo do contexto em que se aplica e em que é recebida. Esta multiplicidade é, por um lado, extremamente rica, mas vem romper com a teoria clássica de Wüster e pode causar ambiguidade no trabalho terminológico.

Para que esta segunda questão não tenha lugar, Rute Costa (cf. 2001, p.22) defende que se deve definir e delimitar muito bem o objecto sobre o qual recaem as nossas hipóteses. Como base nessa delimitação, é necessário distinguir entre um *corpus* e um arquivo. Rute Costa (2001, p. 22) refere ainda que um arquivo pode ser entendido como “um lugar aglomerador, que permite o acesso ao sistema geral da formação e da transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas”. Para além de serem legitimados no seio de instituições, os arquivos não podem, segundo Foucault, ser analisados, ao passo que para Maingueneau, podem-no ser parcialmente, extraindo deles os *corpora*. Ora esta possibilidade é completamente excluída na escola anglo-saxónica, onde é desenvolvida uma aproximação mais empírica ao conceito. Segundo Rute Costa (2001, p. 24),

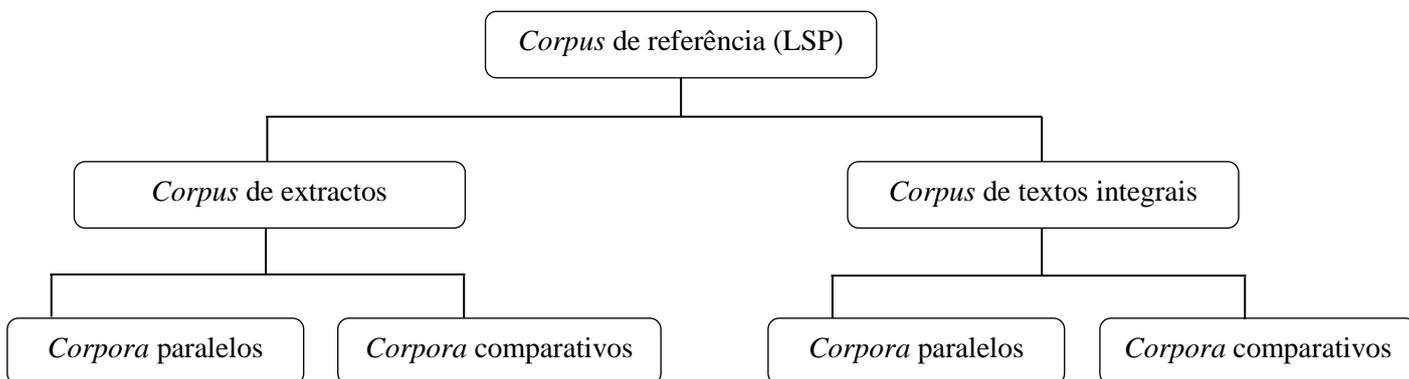
“em 1996, Sinclair rejeita taxativamente o conceito de *arquivo*, não o considerando um objecto de estudo pertinente para fins linguísticos. [...] Para este autor, arquivo e *corpora* são divergentes nos objectivos que justificam as suas existências, considerando que só o segundo pode ser seleccionado e organizado segundo critérios linguísticos, os únicos parâmetros a legitimarem os *corpora*.”.

4.2.1. Constituição de corpus

4.2.1.1 - Corpus de especialidade

Estes *corpora* de especialidade podem englobar os discursos proferidos em situações de especialidade, quando representativos dos enunciados produzidos pela classe em particular e quando recolhidos em números significativos. Os discursos escritos produzidos por especialistas constituem *corpora* de especialidade e, em geral, não apresentam uma significação ambígua.

Rute Costa (2001, pp.36-37), propõe um esquema onde organiza a tipologia de *corpus* de referência de especialidade, que passo a reproduzir:



Pela abundância de textos dentro de uma área de especialidade, outro dos factores centrais que devem ser considerados na constituição dos *corpora* de especialidade tem a ver com a representatividade. Importa, no entanto, referir que a noção de representatividade não está dependente ou interligada com a quantidade, mas antes com o destaque das especificidades que tornam possível a noção global de termos utilizados, mesmo que o *corpus* assuma apenas um valor relativo (cf. Rute Costa, 2001, pp. 36-37).

Os elementos constituintes dos *corpora* de especialidade são enunciados, orais e/ou escritos, de especialidade.

Os textos de especialidade caracterizam-se por três variáveis: a temática, os utilizadores e as situações de comunicação. São estas características que destacam este subconjunto de *corpora de especialidade*, dos *corpra* da língua geral.

Ahmad et al. (1995) (*apud* PEREZ, I, SD, p. 10) resumem as diferentes posições de diversos autores no que diz respeito à relação entre a língua geral e a língua de especialidade em três aspectos:

- a) A primeira, tendo por base Hoffmann (1998), considera que a língua de especialidade tem regras e unidades específicas que o diferenciam da língua geral.
- b) A segunda, com base em Rondeau (1983) e Rey (1979), considera a língua de especialidade, uma simples variação da língua geral.

- c) A terceira, reportando a Sager (1980) e a Pitch e Draskau (1985), considera as duas línguas (geral e de especialidade) como subconjuntos pragmáticos da língua global.

Na realidade, segundo Isabel Perez (2006, p. 11), a língua de especialidade caracteriza-se por ser:

“um subconjunto da língua – parcialmente coincidente com a língua comum – que se utiliza como instrumento de comunicação formal e funcional entre especialistas de uma matéria determinada, caracterizados, segundo Cabré (1993, p. 129), como:

- a temática especializada;
- o tipo de interlocutores;
- a situação comunicativa, âmbitos profissionais e especializados de carácter formal;
- o meio no qual se produz o intercâmbio, principalmente escrito.”

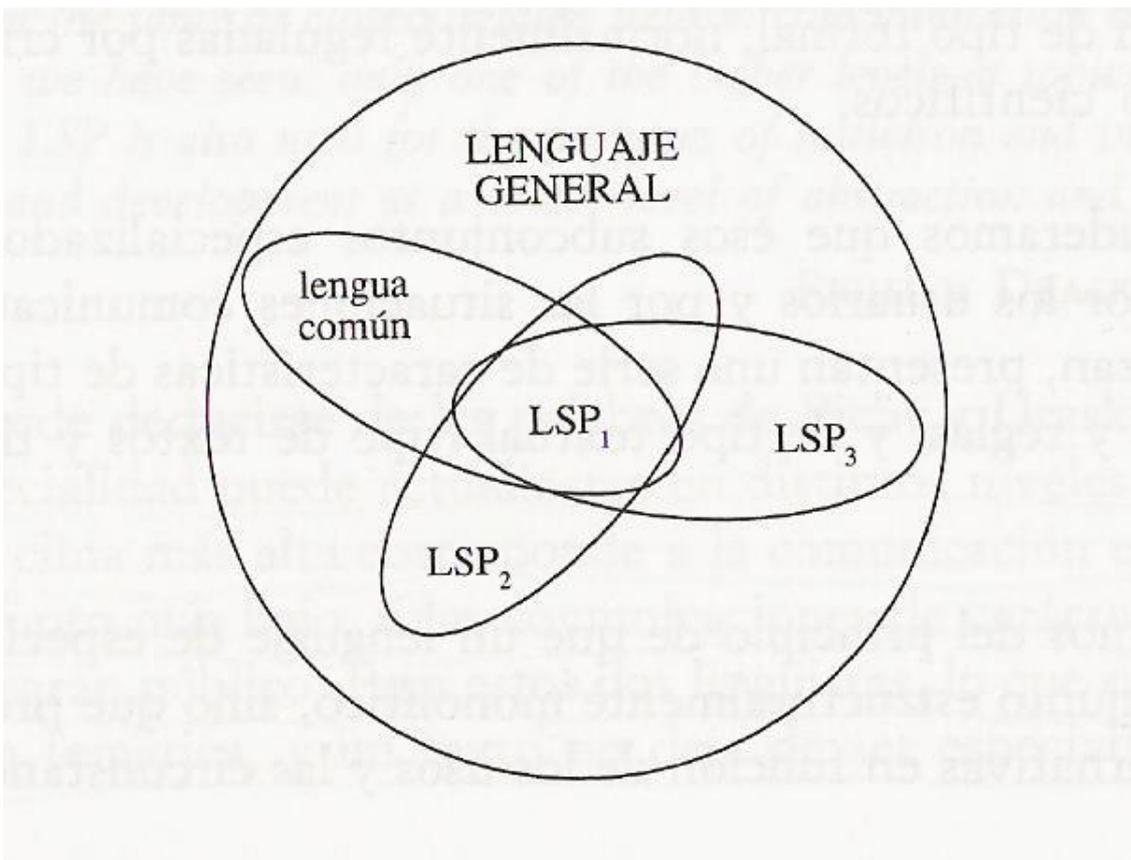


Imagem: Relação entre língua geral, língua comum e línguas de especialidade (CABRÉ, 1993, p. 140)

Para Rute Costa (2001, p. 60), o texto de especialidade escrito é um

“produto estável resultante de uma actividade intelectual e profissional, provindo de uma comunidade de comunicação restrita”.

Em ordem a não estabelecer uma contraposição entre o conceito de texto e discurso, a linguista (2001, pp. 62 – 67) assume que

“tanto o discurso como o texto são enunciados; o que os distingue na realidade, é o ponto de vista sob o qual são abordados [...] neste processo, o discurso actualizado apresenta-se, geralmente, sob a forma de texto e, este último fixa o discurso proferido por um indivíduo”.

4.2. Tratamento Semiautomático de dados

Para o tratamento semiautomático do nosso corpus recorreremos a vários textos, a saber: cartazes, apostilhas, guia jornalístico do Censo, textos referentes a noções gerais do Censo, relatório do Censo piloto e por fim o programa global do Censo 2014.

Tivemos acesso a alguns destes materiais em suporte físico ou papel e outros em suporte electrónico; dentre estes documentos seleccionámos o “Programa Global do Censo 2014” para a constituição do nosso *corpus* por ser o texto com maior número de informações sobre o Censo; por outro lado, este documento estava em suporte electrónico o que facilitou o tratamento semiautomático para a extracção de frequências, concordâncias, contextos e dicionário hierárquico de formas.

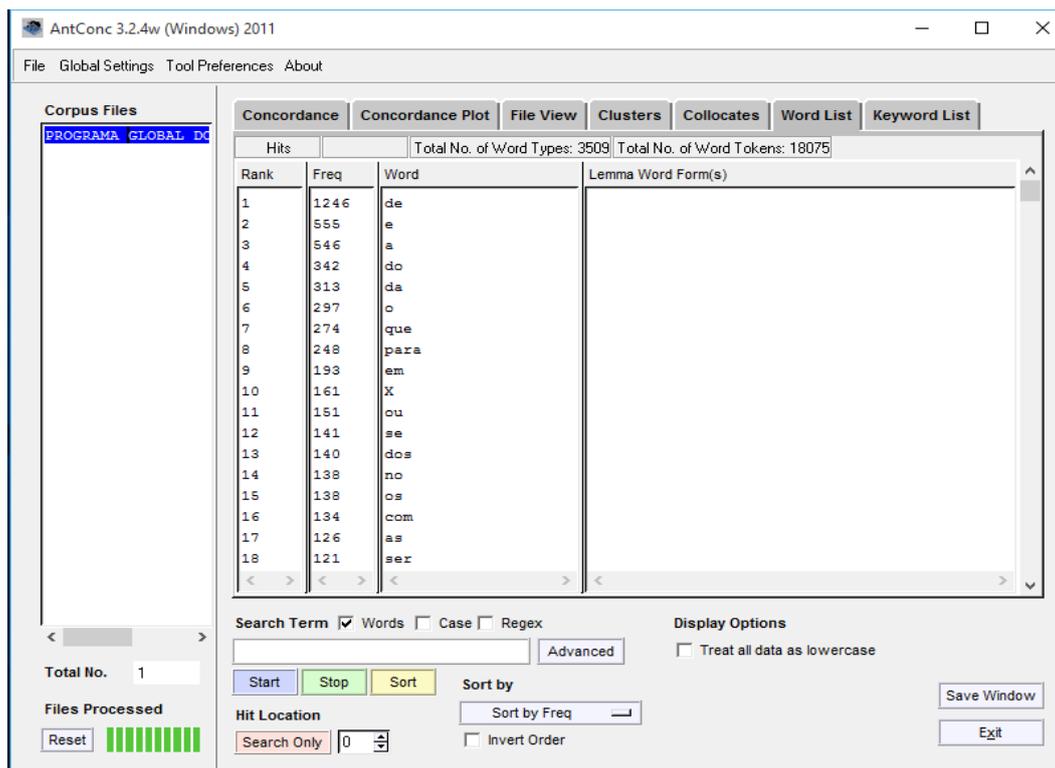
4.3.1. Frequências

Após seleccionarmos o texto que constitui nosso *corpus* de pesquisa, transformámo-lo em formato .txt ou texto simples para podermos trabalhá-lo no Antconc e no Concapp.

Com ajuda destes *softwares* de análise, conseguimos ter acesso aos primeiros dados sobre a extensão (ou tamanho) do nosso *corpus*.

O nosso *corpus de análise* tem um **total de 18.075 formas-ocorrências**, dentre estas **3509 formas-tipo**.

Através do Antconc conseguimos ilustrar os primeiros dados apresentados na tabela abaixo representada:



Na parte superior da tabela temos o número total de formas-ocorrências que são designados de “Total No. Word Tokens”, isto é **18.075 formas-ocorrências**, e o total de **formas-tipo** “Total No. Of Word Types”, respectivamente **3.509 formas-tipo**. Tal como havíamos referido.

Como podemos observar, temos três colunas de análise nesta ilustração:

- A **coluna “Rank”** determina a **ordem das formas** organizadas pelo número de vezes em uma forma se apresenta no corpus.
- A **coluna “Freq”** apresenta a **frequência das formas** no corpus, ou seja, o número de vezes em uma forma se apresenta (ou aparece) dentro do nosso corpus.
- A **coluna “Word”** apresenta as **formas**.

Como podemos observar, a forma “de” está em primeiro lugar por ser a forma mais frequente no nosso corpus. Mas formas semelhantes a essa não são de grande relevância para o nosso objectivo de análise. Teremos em conta algumas formas que, linguisticamente, desempenham uma função de nome, adjectivos, ou advérbios, que em combinação com outras formas nos podem dar algum indício de um candidato a termo.

Numa primeira fase, usámos a ferramenta “wordlist” que nos ajudou a fazer uma análise dos **dados estatísticos do corpus**. Através desta pesquisa tivemos acesso à **extensão do corpus e às formas-tipo**. A **extracção das frequências** apresenta-nos uma informação meramente estatística e dá-nos uma ideia inicial sobre o corpus, como podemos observar na tabela seguinte:

AntConc 3.2.4w (Windows) 2011

File Global Settings Tool Preferences About

Corpus Files

PROGRAMA GLOBAL DC

Concordance Concordance Plot File View Clusters Collocates Word List Keyword List

Hits Total No. of Word Types: 3509 Total No. of Word Tokens: 18075

Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)
27	83	como	
28	82	não	
29	81	O	
30	81	População	
31	73	população	
32	71	por	
33	70	dados	
34	67	ao	
35	65	habitação	
36	64	recolha	
37	57	mais	
38	52	operação	
39	47	à	
40	45	agregado	
41	45	trabalho	
42	43	anos	
43	41	resultados	
44	40	E	

Search Term Words Case Regex Treat all data as lowercase

Total No. 1

Files Processed

Hit Location 0 Sort by Freq Invert Order

Nesta tabela, é possível seleccionar as formas que nos dão, numa primeira fase, algum indício do assunto de que trata o nosso corpus.

Assim, as formas “população” (81), “habitação” (65), “recolha” (64), “operação” (52) e “agregado” (45) têm frequências elevadas, no nosso corpus de análise. São um indício de que terão certamente uma importância no corpus; serão, muito provavelmente, termos ou candidatos a termos do domínio de análise.

Como resultado do levantamento de formas, por relevância de frequência, temos a seguinte tabela ilustrativa:

Lista de Formas e Frequências	
Formas	Frequências
População	81
Habitação	65
Recolha	64
Operação	52
Agregado	45
Resultados	41
Sistema	38
Recenseamento	37
Actividade	34
Censitário	33
Residência	31
Estatística	22
Questionário	22
Território	22
Processo	20
Censo	16

4.3.2. Concordâncias

A ferramenta “*Concordance Tool*” é responsável pela extracção de concordâncias de uma forma pivô, em contexto, dentro do nosso corpus de análise. Teresa Lino (1991) define concordância como um “conjunto de linhas de contextos automáticos pertencentes a uma mesma forma pivô”, isto é, a concordância consiste no resultado obtido das ocorrências de uma determinada forma pivô inserida em contextos automáticos. Com a ajuda do Antconc seleccionamos uma forma e obtivemos os seguintes resultados:

The screenshot displays the AntConc 3.2.4w (Windows) 2011 interface. The main window shows a list of concordance hits for the search term "população". The search term is highlighted in blue in the original image. The interface includes a menu bar (File, Global Settings, Tool Preferences, About), a toolbar with tabs (Concordance, Concordance Plot, File View, Clusters, Collocates, Word List, Keyword List), and a main display area with columns for Hit, KWIC, and File. The search term is entered in the "Search Term" field, and the "Concordance Hits" are 156. The "Search Window Size" is set to 50. The "Kwic Sort" options are checked for Level 1 (1R), Level 2 (2R), and Level 3 (3R).

Hit	KWIC	File
1	sobre o Bem-Estar daPopulação IMPS Integrated Microcomput	PROGRAMA GLO
2	Nações Unidas PEA População Economicamente Activa PENA Po	PROGRAMA GLO
3	ente Activa PENA População Economicamente Não Activa PESI	PROGRAMA GLO
4	censeamento Geral da População e da Habitação SADC Southe	PROGRAMA GLO
5	censeamento Geral da População e Habitação, RGPH, ou Censo é u	PROGRAMA GLO
6	entos em simultâneo, população e habitação. Esta acção em simu	PROGRAMA GLO
7	para não confundir a população quanto à importância da respost	PROGRAMA GLO
8	censeamento Geral da População e Habitação (RGPH); ii) Decreto	PROGRAMA GLO
9	lha de informação da população e das suas habitações). Este t	PROGRAMA GLO
10	o final da recolha População, por sexo, nas áreas geográficas	PROGRAMA GLO
11	om uma estimativa de população de 20 milhões de cidadãos em 20	PROGRAMA GLO
12	realiza um Censo de População e Habitação há mais de 40 anos,	PROGRAMA GLO
13	egundo o tempo, esta população pode ser dividida em duas subpo	PROGRAMA GLO
14	as subpopulações: i) População presente ou população de facto:	PROGRAMA GLO
15	opulação presente ou população de facto: composta pelas pessoa	PROGRAMA GLO
16	dentes da mesma; ii) População residente ou população de direi	PROGRAMA GLO
17	pulação residente ou população de direito de jure: composta pe	PROGRAMA GLO
18	censeamento Geral da População e Habitação, apresentada pelo I	PROGRAMA GLO
19	a o Recenseamento da População e Habitação, têm sido largament	PROGRAMA GLO

Como observamos, a forma pivô escolhida é a forma “população”. A ferramenta “Concordance Tool” do software Antconc organiza a forma pivô no centro com destaque em azul; observamos depois, atentamente, as formas à esquerda e à direita da forma pivô para podermos extrair as combinações inseridas em contexto no nosso corpus.

Como exemplo, no quadro acima, na segunda linha, temos a combinatória “População Economicamente Não Activa”. Temos exactamente 3 formas adicionais do lado direito da forma pivô. A combinação destas formas faz-nos perceber que existe um conceito por detrás. O que para nós é uma forte suspeita de um candidato a termo. Os factores linguísticos das formas combinadas também ajudam-nos neste sentido.

No exemplo dado, estamos em presença da combinação *População* (Nome) + *Economicamente* (Advérbio) + *Não* (Advérbio com função de prefixo) + *Activa* (Adjectivo); estas formas representam uma unidade de sentido, constituindo um termo.

Quanto à observação das concordâncias à esquerda e à direita da forma pivô, como já referimos, podemos observar outras particularidades na seguinte tabela:

AntConc 3.2.4w (Windows) 2011

File Global Settings Tool Preferences About

Corpus Files

PROGRAMA GLOBAL DO C

Concordance Concordance Plot File View Clusters Collocates Word List Keyword List

Hit	KWIC	File
1	onomicament Activa PENA População Economicamente Não Activa	PROGRAMA GLOBE
2	ão não adequada (4) ODM 32 População com acesso ao telefone fixo c	PROGRAMA GLOBE
3	DM 8 Taxa de alfabetismo na população adulta (população com 15 ou m	PROGRAMA GLOBE
4	M 20 Taxa de alfabetismo na população com 15-24 anos ODM 8 Taxa de	PROGRAMA GLOBE
5	economias de escala. Aliás a população e a habitação são duas reali	PROGRAMA GLOBE
6	estratégias em benefício da população e das famílias e ainda para	PROGRAMA GLOBE
7	s para as características da população e habitação que todas as ins	PROGRAMA GLOBE
8	one fixo ou celular ODM 47 População com acesso ao computador pess	PROGRAMA GLOBE
9	icação do Censo. No Censo da População a unidade primária de conta	PROGRAMA GLOBE
10	Censo 2013: INDICADORES População - Características Geográficas	PROGRAMA GLOBE
11	/Zorra + Gado 2. CENSO DA POPULAÇÃO CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS	PROGRAMA GLOBE
12	rio Metodológico do Censo da População de 2000 do Cabo Verde. Cer	PROGRAMA GLOBE
13	ritório nacional. O Censo da População deve incluir todas as pessoas	PROGRAMA GLOBE
14	que não realiza um Censo de População e Habitação há mais de 40 ar	PROGRAMA GLOBE
15	a realização de um censo da população e habitação, é a produção da	PROGRAMA GLOBE
16	que não realiza um Censo de População e Habitação há mais de 40 ar	PROGRAMA GLOBE
17	ecolha e análise no Censo da População. O agregado familiar é aind	PROGRAMA GLOBE
18	dade de contagem no Censo da População, sendo ainda o agregado fami	PROGRAMA GLOBE
19	eslocação e centralização da população na capital, sendo que as est	PROGRAMA GLOBE

Search Term Words Case Regex Advanced

populaçãc

Concordance Hits 156 Search Window Size 50

Start Stop Sort Save Window Exit

Kwic Sort

Level 1 Level 2 Level 3

Ainda com a ajuda do Antconc, através da **ferramenta das concordâncias** conseguimos destacar as **formas à esquerda e à direita** para observarmos as combinatórias. Utilizámos a **opção “Keywords In Context Sort – Kwic Sort”** que

além de destacar a forma pivô destaca também **2 a 3 formas ou mais, à esquerda, ou à direita da forma pivô**. Como podemos observar as demais formas surgem destacadas em cores vermelhas (à esquerda), verdes e roxas (à direita), permitindo analisar as **combinatórias** que possam ser relevantes para o nosso estudo. Algumas combinatórias à esquerda são colocações relativas a alguns termos: *em benefício da, as características de*

Após a observação das concordâncias conseguimos extrair as seguintes combinatórias com a forma pivô “população”:

Concordâncias com a Forma Pivô “População”	
População	População Economicamente Activa
	População Economicamente Não Activa
	População Presente /População de Facto
	População Residente /População de Direito
	População de Referência
	População Indígena
	População não Civilizada
	População Urbana e Rural
	População com Deficiência
	População Institucional
	População em Agregado Familiar
	População Empregada
	População Desempregada
	População Inactiva

São termos complexos de vários tipos, iniciados pelo nome *população*.

4.3.3. Contextos⁴

4.3.3.1 Extracção de Contextos

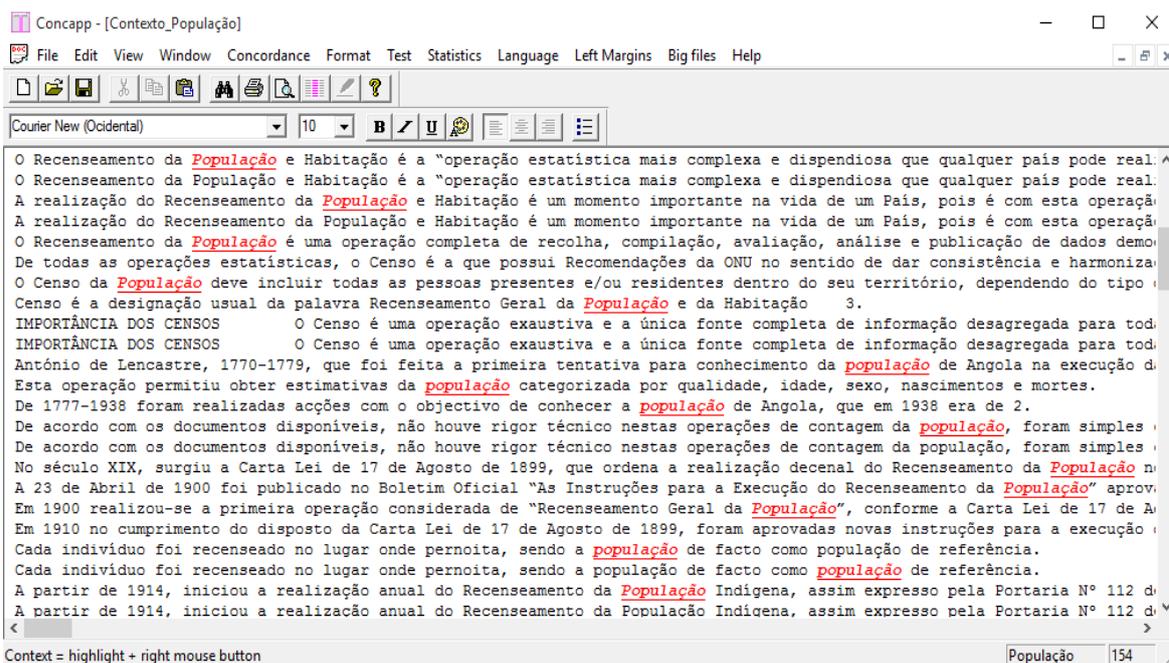
O contexto é um conjunto de unidades que precede ou que segue uma determinada unidade lexical (termo) ou outra unidade linguística (ex. o termo “direito”, ex. um formate morfossemântico: anti-, auto-, -bio-, -neo-, gluc-, -ismo, -ista).

Existem vários tipos de contexto:

- Contexto de tipo formal,
- Contexto de substância,
- Contexto definitório
- Contexto associativo,
- Contexto funcional.

Dos contextos acima citados, temos a ilustração de um contexto do tipo formal extraído do nosso corpus com a ajuda do software CONCAPP. Selecionamos a forma pivô “população” e com ajuda da ferramenta das concordâncias do software CONCAPP, extraímos os contextos ilustrados abaixo:

⁴ Conteúdos retirados em sala de aulas, no seminário de Terminologia Computacional leccionado pela Professora Doutora Teresa Lino no curso de mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade.



Os contextos formais são também chamados de contextos – máquina, ou contextos – automáticos. A concordância, já referida, é uma lista de contextos - máquina ou contextos automáticos extraídos em torno de uma forma pólo com a ajuda do software CONCAPP. A partir das concordâncias podem extrair-se termos simples e termos complexos, fraseologias e colocações. Nos casos de corpora bilingues ou plurilingues, podem também realizar-se concordâncias em duas ou mais línguas para extrair equivalentes (de termos, de fraseologias ou de colocações) noutra(s) língua(s).

4.3.3.2 – Lista de Candidatos a Termos

Após termos extraído as frequências, as concordâncias, analisámos os contextos em que estão inseridas determinadas combinatórias com probabilidade de serem considerados candidatos a termos ou termos.

São candidatos a termos todas as formas ou combinatórias simples ou complexas com possibilidade de ser um termo num domínio de estudo ou área de

especialidade⁵. De acordo com Cabré (1993, p. 223) “uma unidade lexical adquire a condição de termo se se situa na estrutura de um campo de especialidade”.

No entanto, dos vários candidatos a termo encontrados no corpus, listamos os seguintes:

Formas	Candidatos a Termo
População	<ul style="list-style-type: none"> -População Economicamente Activa (PEA) -População Economicamente Não Activa (PENA) -População Presente ou População de Facto -População Residente ou População de Direito Jure -População de Referência -População Indígena -População Civilizada -População Não Civilizada -População Urbana e Rural -População com Deficiência -População Institucional -População Empregada -População Desempregada -População Inactiva
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> -Habitação Familiar -Habitação Permanente -Habitação Não Permanente -Habitação Colectiva
	<ul style="list-style-type: none"> -Recolha de Informação

⁵ Cf. TAGNIN, Stella E. O. Glossário de Linguística de Corpus. Universidade de São Paulo, Brasil. S.nd. Consultado em: www.hubeditorial.com.br/site/recursos/5_glossario/glossario_423.pdf, consultado aos 09/11/15 às 19:30.

Recolha	<ul style="list-style-type: none"> -Recolha de Dados -Recolha Individual -Recolha Directa
Censo	<ul style="list-style-type: none"> -Censo Piloto -Censo da População -Censo da Habitação -Censo da População e da Habitação -Censo Geral da População -Censo Demográfico
Recenseamento	<ul style="list-style-type: none"> -Recenseamento Geral da População e da Habitação -Recenseamento da População -Recenseamento da Habitação -Recenseamento Geral da População de Angola -Recenseamento Nominal
Censitário	<ul style="list-style-type: none"> -Momento Censitário -Programa Censitário -Trabalho Censitário -Questionário Censitário -Acontecimento Censitário -Dados Censitários
Dados	<ul style="list-style-type: none"> -Processamento de Dados -Recolha de Dados -Tratamento de Dados -Captura de Dados -Validação de Dados -Integração de Dados -Difusão de Dados -Dados Demográficos
Inquérito	<ul style="list-style-type: none"> -Inquérito pós-censitário -Inquérito Integrado

Questionário	-Questionário Censitário -Questionário Individual
Sistema	-Sistema de Difusão e Divulgação (SDD) -Sistema Estatístico Nacional (SEM) -Sistema de Informação Geográfico (SIG) -Sistema de Processamento (SP) -Sistema Central de Recolha -Sistema de Recolha (SR) -Sistema de Imputação de Dados -Sistema Central -Sistema de Redes e Comunicação -Sistema de Energia Socorrida -Sistema de Climatização -Sistema Central de Armazenamento e Recolha de Dados
Resultados	-Resultados Nacionais -Resultados Preliminares -Resultados Definitivos -Resultados Estatísticos -Resultados do Censo
Cartografia	-Cartografia Censitária
Conselho	-Conselho do Censo

4.3.4. Constituição do Dicionário Terminológico do CENSO 2014

4.3.4.1. Conceito de dicionário

Numa compreensão mais simples e clara, partindo do conceito genérico de dicionário, pode perceber-se que nos remete à estrutura organizacional e sistematicamente concebida em que um conjunto de unidades lexicais de uma dada língua ou línguas são recolhidas para a consulta. É objecto de consulta, tendo em conta os objectivos do emissor que o elabora e o público-alvo, receptor a quem se destina.

Para Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mateus (1992, p. 127), o dicionário é um “reportório de unidades lexicais, contendo informações linguísticas de natureza semântica, nocional, referencial, gramatical ou fonética sobre cada um deles”.

Na concepção de Alexandre Mavungo Chicuna (2014, p. 63) da qual partilhamos, o dicionário constitui-se como “uma recolha de unidades lexicais ou de uma categoria de palavras de uma língua, ordenada alfabética e sistematicamente, explicitadas ou traduzidas numa ou mais línguas. O dicionário é a fonte da informação de uso corrente e generalizado e por isso é extremamente útil. É a primeira fonte de consulta a que recorremos para saber o significado de uma unidade lexical, para verificar a ortografia e para conferir a sua ortoépia ou a sua categoria gramatical”.

4.3.4.2 Tipos de dicionários

Conforme a natureza e as metas a alcançar, os dicionários apresentam-se sob várias formas ou são de vários tipos. A tipologia dos dicionários tem em conta a faixa etária, o público-alvo; podem ser de ensino, de aprendizagem ou simplesmente de consulta.

A tipologia dos dicionários pode ter a ver com as línguas, isto é, conforme o número de línguas que podem fazer parte deste ou daquele dicionário. Neste âmbito, em relação as línguas, Mudiambo Quibongue (2014, p. 140) diz que os dicionários podem ser “monolíngues, bilíngues e multilíngues”.

Segundo Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mateus (1992, p. 127), “A organização do dicionário pode ser de carácter formal (dicionário alfabético) ou semântico (dicionário conceptual). Pode ainda apresentar o léxico de uma língua (monolíngue), de duas línguas (bilíngue) ou de mais línguas (plurilíngue ou multilíngue)”.

A nossa opção dicionarística é de tipo monolíngue, isto é, aquela que descreve um conjunto de unidades lexicais de uma mesma língua. Propomos um tipo de

dicionário monolíngue, “aquele que dá explicações sobre unidades lexicais de uma mesma língua” (CHICUNA, 2014, p. 65).

Relativamente aos dicionários de língua corrente, Mudiambo Quibongue (2014, p. 144) salienta-nos que “as entradas nos dicionários monolíngues são, normalmente, organizadas por ordem alfabética. Podem também incluir informação etimológica, uma descrição fonética, uma descrição de categoria gramatical, a indicação das polissemias, as especificidades morfológicas ou sintáticas e exemplos que ilustra o uso”.

4.3.4.3. Dicionário terminológico

Os dicionários terminológicos ou de especialidade “têm por objecto as terminologias técnico-científicas de línguas de especialidade relativas a determinadas áreas do conhecimento” (Mudiambo Quibongue, 2014, p. 147).

Chicuna, Alexandre (2014, p. 68) salienta que os dicionários de especialidade ou terminológicos “são dicionários onde se encontram consignados dados terminológicos referentes a um ou vários temas ou domínios (Arte, Ciência, Literatura, Linguística, Política, Medicina, Economia, etc.)”. Os dicionários de especialidade são dicionários relativos à terminologia de uma área específica do conhecimento. Têm, em geral, como público-alvo especialistas de uma área científica.

A proposta do dicionário terminológico que apresentamos tem como objectivo o registo, organização e descrição da terminologia relativa ao “Censo 2014, em Angola”.

4.3. Dicionário Terminológico do Censo 2014

O Dicionário terminológico do Censo 2014, ora apresentado, visa descrever os principais termos, em uso, no processo de recenseamento da população e habitação. Tem como objectivo facilitar a compreensão da mensagem, tanto para os agentes envolvidos na realização do processo, como para as pessoas, cujo processo se destina.

Definir a definição lexicográfica de especialidade é a operação pela qual se colocam limites, fronteiras na extensão e compreensão de um termo relativo a um conceito, fazendo com que um conceito seja diferente do outro.

A Definição implica a compreensão das características essenciais e acidentais de um determinado objecto.

A Norma ISO define a definição como "Both the designation and the definition represent the concept, which is to say that the concept, the designation and the definition all refer to the same object(s) making up the extension. A designation is a succinct way of referencing the concept, while a definition shall make it possible to pick out the extension and distinguish the concept from others within the domain." (ISO 704:2009).

O *Dicionário terminológico do Censo 2014* terá um formato digital, com links para várias zonas do *corpus*, permitindo consultas do termo em contexto de modo a esclarecer, em pleno texto, o sentido de um termo.

Assim sendo, apresentamos algumas definições:

Censitário *adj. m.* Relativo ao momento do censo. O *Momento Censitário* foi definido como o momento que corresponde ao período exacto a que se reportam os dados de um recenseamento. Durante as 8 semanas de duração da recolha de informação não é aconselhável a realização de qualquer outra operação estatística ou cívica de nível nacional, para não confundir a população quanto à importância da resposta ao Censo.

Censo *s.m.* Designa uma operação exaustiva, fonte completa de informação desagregada sobre todas as unidades geográficas e administrativas do País.

População economicamente activa s.f.

Sigla : PEA

Termo que designa todas as pessoas de ambos os sexos com 15 ou mais anos de idade, que, na semana de referência (semana anterior à data dos Censos), constituem a força de trabalho disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. A população economicamente activa é formada pelos empregados e desempregados.

Recenseamento s. m. Processo relativo ao registo e controlo da população e habitação.

Recenseamento da Habitação s. f. Processo relativo ao recenseamento da habitação. É uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados num período específico de todas as habitações e seus ocupantes num determinado País.

Recenseamento Geral da População e Habitação s.m.

Sigla: RGPH

Sinónimo: censo(s)

Designa a realização de dois recenseamentos, em simultâneo, população e habitação. Processo efectuado em simultâneo com vantagens na redução de custos e no aproveitamento dos recursos humanos e materiais envolvidos na operação, promovendo importantes economias de escala.

As **definições lexicográficas de especialidade** são concisas, apresentando as características fundamentais e pertinentes dos conceitos. Mas tendo em conta o público-alvo a que se destina o dicionário e não apresenta informações enciclopédicas

No entanto, nas definições dos termos *censitário e Recenseamento Geral da População e Habitação*, para além das características fundamentais e pertinentes dos conceitos, as definições apresentam **informações enciclopédicas**, isto é, informações complementares, completando aspectos semânticos da significação dos termos; por essa razão estas informações enciclopédicas estão com outro tipo de letra (calibri 12).

A microestrutura do Dicionário que contém a definição, apresenta também a categoria gramatical, e, quando existe, apresenta a sigla do termo, o sinónimo e, eventualmente, as variantes do termo.

A definição foi redigida a partir dos contextos de um determinado termo, extraídos de um *corpus*.

A macroestrutura é constituída pelos termos do *Censo 2014*, seleccionados no *corpus*; estes termos designam conceitos e foram validados por especialistas do INE de Angola.

No entanto, contamos com a colaboração dos especialistas para uma validação final de toda a nomenclatura (macroestrutura) e das definições lexicográficas de especialidade (microestrutura).

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho não pretende ser um fim em si mesmo, mas um desafio conducente à criação de um *Dicionário terminológico do Censo de 2014*, num futuro próximo, que, posteriormente, numa segunda fase, possa também incluir os equivalentes das principais línguas angolanas de origem africana.

Considero, no entanto, que esse trabalho necessita de uma base teórica e metodológica de sustentação para que possa ver a luz do dia.

Neste trabalho traçámos as primeiras linhas para uma contribuição efectiva na política comunicacional da Administração Pública de Angola, concretamente do Ministério da Comunicação Social.

De forma sistematizada, procurámos estabelecer um percurso que se pautasse pela solidez, lógica e coerência de forma a poder ser acessível e inteligível a quem esteja dentro ou fora das temáticas específicas da Terminologia.

Todo o percurso teórico está orientado e culmina na criação do *Dicionário terminológico do Censo 2014*.

Podemos concluir que a disciplina da Terminologia surge como um campo em que uma abordagem sistemática e científica permite organizar a informação e fornece técnicas para a sua gestão.

Paralelamente, as metodologias da Terminologia têm um papel fundamental na harmonização ou normalização de neologismos terminológicos, recentemente criados, no âmbito do Censo 2014.

Consideramos que este trabalho pode contribuir para uma reflexão sobre as perguntas dos Censos, na forma como elas foram apresentadas e explicadas à população.

Fica o desafio e a vontade de alargar a terminologia contida neste Dicionário Terminológico e de, numa segunda fase, introduzir as principais línguas utilizadas em Angola.

Por outro lado, podemos sublinhar que a Terminologia surge como um campo em que, numa abordagem sistemática e científica, ajuda à organização da informação e à oferece técnicas para a sua gestão. A Terminologia, neste âmbito, joga um papel fundamental, pois surge com metodologias e critérios de harmonização ou normalização de conceitos e termos.

Podemos ainda concluir que o estudo do Censo da população e habitação não está isento de uma abordagem terminológica. Mas para isso são necessárias metodologias que permitam a sua concretização. É assim que o dicionário que propomos visa demonstrar essa peculiaridade da Terminologia.

Por outro lado, a elaboração de um Dicionário terminológico tem como finalidade permitir aos utentes um esclarecimento conceptual daquilo que é fundamental no discurso do Censo 2014.

Outrossim, concluímos que nenhuma ciência é um produto acabado. Assim, consideramo-nos abertos às sugestões relativas às insuficiências deste trabalho.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. BIBLIOGRAFIA DE LINGÜÍSTICA

- AHMAD**, et al. (1995). *Terminology Workbenches and the Engineering of Special Languages*. Keynote Address. TAMA '94 Proceedings, Third TermNet Symposium, Terminology in Advanced Microcomputer Applications - Recent Advances and User Reports. TermNet. Vienna, Austria. pp.5-52.
- BARROS**, Lídia A. (2004). *Curso Básico de Terminologia*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BOULANGER**, J. C. (1991). *Une Lecture socio-culturelle de la terminologie*. Cahiers de linguistique sociale. (18). Pp.13-30.
- BOURIGAULT**, Didier; **SLODZIAN**, Monique. (1999) *Pour une terminologie textuelle*. In Terminologies Nouvelles. In Terminologie et intelligence artificielle (actes du colloque de Nantes, 10-11 mai 1999). Vol. 19. pp. 29-32.
- CABRÉ**, M. T. (1999). *La Terminología: Representación y Comunicación. Elementos para una Teoría de Base Comunicativa y otros Artículos*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- CABRÉ**, M. T. (Org.). (1998). *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Institut Universitari de Lingüística Aplicada Barcelona: Universitat Pompeu Fabra..
- CABRÉ**, M.T. (1993). *La terminología: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Antartida/Empuries.
- CASTRO**, Rui Vieira de e **SOUSA**, Maria de Lourdes (Org), (1998). *Linguística e Educação*. Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Edições Colibri,
- CHICUNA**, Alexandre Mavungo. (2014). *Portuguesismos nas Línguas Bantu – Para um Dicionário Português Kiyombe*. Lisboa: Edições Colibri. ,

- CONTENTE**, Maria Madalena Dias Marques. (2008). *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*. Lisboa: Colibri..
- CORREIA**, Margarita (Org), (2000). *Terminologia e Indústria da Língua. VII Simpósio Ibero-Americana de Terminologia*. Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Lisboa: Fundação Colouste Gurbenkian.
- CORREIA**, Margarita (Org). (2002). “Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional”. *VI Simpósio Ibero-Americana de Terminologia*, Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Lisboa: Edições Colibri.
- COSTA**, Maria Rute e **SILVA**, Raquel. (2006). *Guião Metodológico para a Investigação Aplicada em Terminologia*. Lisboa.
- COSTA**, Maria Rute. (2001). “O Termo como Conjunto de Especificidade Conceptuais e Semânticas”, *Polifonia*, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, , Lisboa: Edições Colibri.
- COSTA**, Rute (2006), “O ensino da ciência e da tecnologia em Português: uma questão de terminologia”, in *Actas do I Congresso Bienal – A língua Portuguesa na CPLP*, Viseu: Instituto Piaget.
- COSTA**, Rute e **SILVA**, Raquel. (2006). “O termo como veículo de especificidades conceptuais e semânticas”, *Polifonia*, Nº 4, UNL. Lisboa: Colibri.
- COSTA**, Rute. (1993). *Terminologia da Economia Monetária. Relações conceptuais e semânticas numa sistemática terminológica e lexicográfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA**, Rute. (2001). *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA**, Rute. (2003),” Constituição de corpora de especialidade”, in *Actas do Encontro da Associação de Linguística Portuguesa*, Lisboa.
- FAULSTICH**, Enilde. (1995). *Socioterminologia. Mais que um método de pesquisa, uma disciplina*. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/486/441>

- FAULSTICH**, Enilde. (2006). “A socioterminologia na comunicação científica e técnica”, *Ciência e Cultura*. vol.58. n.2. pp. 27-31. ISSN 2317-6660. Disponível em:http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200012&script=sci_arttext
- FAULSTICH**. Enilde. (2001). “Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista”. In *TradTerm*, nº 7, pp. 11-40.
- GAUDIN**, François. (1993). *Socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen.
- GRIFING**, E. (2011). *A First Look at Communication Theory* (8ª ed.), Luhmann: McGraw Hill Higher Education.
- GUILBERT**, L. (1971). *Grand Larousse de la Langue Français*. Paris: ED?
- HOFFMANN**, L. (1998). *Llenguatges d'especialitat*. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra.
- L'HOMME**, Marie-Claude et al. (2003). “Terminology during the past decade (1994-2004)”. In *Terminology* 9. Vol. 2. Pp. 151 – 161.
- LINO**, Teresa; et al (2010). “Neologia, terminologia e lexicultura: a língua portuguesa em situação de contacto de línguas”. In: *Filologia Linguística Portuguesa*, n. 12(2). pp.187-201.
- MACIEL**, Anna. (SD). *Especificidade da terminologia de uma área humana e social*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MUDIAMBO**, Quibongue (2014). *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (aplicados ao Ensino da Língua Portuguesa)*. Lisboa: Edições Colibri. .
- PEREIRA**, Eliane. (2012). *Aspectos da variação na linguagem econômica do Brasil colonial*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- PÉREZ**, I. (2006). *La terminologia: Definición, funciones y aplicaciones*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/12770>

- PITCH, H.; DRASKAU, J.** (1985): *Terminology: an introduction*. Guilford: The University of Surrey.
- REY, A.** (1979): *La terminologie: noms et notions*. Paris: Presses Universitaires de France.
- REY, A.** (1986). *Le Grand Robert*. Paris: Éditions Le Robert.
- RONDEAU, G.** (1983). *Introduction á la terminologie*. Gaétan Morin. Chicoutimi (Quebec).
- SAGER, J. C. et al.** (1980): *English Special Languages: Principles and Practice in Science and Technology*. Wiesbade: Oscar Brandstetter.
- SAGER, J.C.** (1993a). *Curso práctico sobre el procesamiento en terminología*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- SAGER, Juan C.** (1990). *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. [Trad. del inglés: Laura Chumillas Moya. (1993). Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Pirámide.]
- SAGER, Juan C.** (1993). *Language Engineering and Translation: Consequences of automation*. Amesterdam: Benjamins Translation Library.
- SANTOS, Cláudia da Silva Amaral** (2010). *Terminologia e Ontologias: Metodologias para Representação do Conhecimento*. Aveiro: ED?
- SINCLAIR, John.** (1996). *EAGLES: Preliminary Recommendations on Corpus Typology* (EAG -- TCWG -CTYP/P). Disponible em: <http://www.ilc.cnr.it/EAGLES/corpusstyp/corpusstyp.html>
- SLODZIAN, Monique.** (2000). *L'émergence d'une terminologie textuelle*. In Le sens en terminologie. Ph. THOIRON et H. BEJOINT. Lyon: Presses universitaires de Lyon (Travaux du C.R.T.T.). pp. 61-85.
- TEUBERT, Wolfgang.** (2004). "Language and Corpus linguistics". In Halliday, M. A. K.; et al. (2004). *Lexicology and corpus linguistics: an introduction*. London and New York: Continuum. Pp. 73-113.

WÜSTER, E. (1998), *Introducción a la Teoría general terminológica y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: IULA.

WÜSTER, Eugen.(1998). *Introduccion a la teoria general de la Terminologia y a la lexicografia terminológica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra.

6.2. BIBLIOGRAFIA: DICIONÁRIOS

XAVIER, Maria Francisco e MATEUS, Maria Helena (Org). (1993).*Dicionário de termos Linguísticos*. 1ª Edição, Vol. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Línguas, Instituto de Linguística Teórica e Computacional.

6.3. BIBLIOGRAFIA : DIREITO E COMUNICAÇÃO

AA.VV. (2014). *Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2014) Mobilização Social*. Luanda.

ALVES, Filipe. (2014). *Fundações Jornalísticas em Busca de um Novo Modelo de Negócio para a Imprensa*. Coimbra: Almedina,

AMARAL, Diogo Freitas. (2006). *Curso de Direito Administrativo. Volume 1*. Coimbra: Almedina.

BITTI, Pio Ricci e ZANI, Bruna. (1997). *A Comunicação como Processo Social*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa. **CARVALHO, Carla A. P.**(2012). *Gestão da Comunicação Interna como uma Ferramenta Estratégica*. Vila Nova de Gaia, ISLA,

CASTELLS, Manuel. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura? A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- CAETANO**, Marcello. (2013). *Manual de Direito Administrativo - Volume I*. 10ª Edição Revista e Actualizada pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral. Coimbra: Almedina.
- CARVALHEDA**, Luís & Cabrito, Belmiro. (1986). *Noções de Administração Pública – Tomo 2*. Lisboa: Texto, Sociedade Editora e Distribuidora de Livros, Lda.
- Constituição da República de Angola de 5 de Fevereiro de 2010. (2011). *Cadernos ENAD papers n.º 1 – Constituição da República de Angola*. Luanda: Plural Editores.
- CUNHA**, et al. (2007). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão* (6ª ed.). Lisboa: Editora RH,
- DIAS**, Fernando Nogueira (2004). *Relações Grupais e desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DUTERME**, Claude. (2002). *A Comunicação Interna na Empresa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ESPANHA**, R. (2010). *Tecnologias de Informação e Comunicação na Saúde*, in J. Simões (coord.), *30 anos do Serviço Nacional de Saúde*. Coimbra: Almedina.
- ESPANHA**, R. (2009). *Saúde e comunicação numa sociedade em rede*. Lisboa: Monitor
- FEIJÓ**, Carlos. (2001). *Problemas Actuais do Direito Público Angolano: Contributos para a sua compreensão*. Cascais: PRINCIPIA.
- FIGUEIREDO**, José. (2014). *12 Regras de comunicação*. Lisboa: Escolar Editora.
- HALLIN**, Daniel C. e MANCINI, Paolo. (2010). *Sistemas de Midia – Estudo Comparativo*. Lisboa: Edições Livros Horizonte.
- MARIA**, Paulo A. (2010). *Colectânea de Legislação e Normas sobre a Comunicação Social Angolana*. Lisboa: Casa das Ideias.
- MARIA**, Paulo A. (2010a). *Legislação, e Normas sobre a Comunicação Social em Angola*. 1ª Ed. Luanda: Divisão Editorial Casa das Ideias.

- MCQUAIL**, Denis, e **WINDAHL**, Sven (1993). *Modelos de Comunicação para o Estudo da Comunicação de Massas*. Lisboa: Ed. Notícias.
- MCQUAIL**, Denis. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NIKLAS**. (2004). *A Realidade dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- PRIETO**, Guillermo Ballenato (2013). *Comunicação Eficaz – Teoria e Prática da Comunicação Humana*. Lisboa: Escola Editora..
- RODRIGUES**, Adriano Duarte (2010). *As Técnicas de Comunicação e Informação*. 2ª Edição, Lisboa: Editorial Presença,
- RODRIGUES**, Adriano Duarte. (2001). *Estratégias da Comunicação*. 3ª Edição, Lisboa: Editorial Presença,
- SILVA**, Leandro Alves. (2011). *Tecnologias de Informação e Comunicação: uma leitura de papéis para o professor universitário*. São Paulo: Almedina Brasil.
- TAVARES**, José. (2000). *Administração Pública e Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina.
- WOLF**, Mauro (2003). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

6.4. BIBLIOGRAFIA: DOCUMENTOS OFICIAIS

AA.VV. (2004). *Jornalismo angolano*. 1ª Ed., III Jornadas Técnico-Científicas da Comunicação Social, II Vol., Luanda.

CENSO-INE. (s.d.). *Censo em Angola*. Disponível em: http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014&xpgid=censo2014-info&generic-detail_qry=BOUI=8380919&actualmenu=8377507.

ENAD. (s.d.). *Institucional*. Disponível em: <http://www.enad.gov.ao/>

INE. (2011). *Censos 2011 – Preparação, Metodologia e Conceitos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2011). *Recenseamento geral da população e habitação. Projecto de programa global*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2012). *Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2014) - Mobilização Social*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística de Angola. (s. d.). Disponível em: <http://ine.gov.ao/>.

6.5. BIBLIOGRAFIA: SITES

[http://whqlibdoc.who.int/whf/1997/vol18-no1/WHF_1997_18\(1\)_p32-34.pdf](http://whqlibdoc.who.int/whf/1997/vol18-no1/WHF_1997_18(1)_p32-34.pdf).

ISO 704: Terminology Work - Principles and Methods. Third Edition, Geneva, 2009

Ministério da Comunicação Social de Angola. (s. d.). Disponível em: <http://www.mcs.gov.ao/>